



MESTRADO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS E SAÚDE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE  
COMO INSTRUMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**HELAINÉ SOARES PIMENTEL TEIXEIRA**

Goiânia – Goiás

Março 2013



MESTRADO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS E SAÚDE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE  
COMO INSTRUMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**HELAINÉ SOARES PIMENTEL TEIXEIRA**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maira Barberi**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde, da Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Ambientais e Saúde.

Goiânia – Goiás

Março 2013

Teixeira, Helaine Soares Pimentel.  
T266a Análise do potencial turístico do município de Buriti  
Alegre como instrumento para a sustentabilidade ambiental  
[manuscrito] / Helaine Soares Pimentel Teixeira. – 2013.  
100 f. ; il. ; grafs. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás, Mestrado em Ciências Ambientais e  
Saúde, 2013.

“Orientadora: Profa. Dra. Maira Barberi”.

1. Turismo. 2. Sustentabilidade. I. Título.


CDU: 338.484(043)



DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE  
DEFENDIDA EM 08 DE MARÇO DE 2013 E CONSIDERADA  
APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA:

1)   
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maira Barberi / PUC Goiás (Presidente)

2)   
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Flávia Melo Rodrigues / PUC Goiás (Membro)

3)   
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antônio Pasqualetto / IFG (Membro Externo)

4) \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin / PUC Goiás (Suplente)



*Aos meus pais Lionete Soares e Raimundo Pimentel por sempre me motivar e incentivar a prosseguir com os estudos, ao meu esposo Edilson Teixeira, meu porto seguro e a minha filha amada Ana Luiza por ser a razão da minha luta diária.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu esposo Edilson Teixeira de Souza por todo o empenho na pesquisa, desde trabalhos de campo a mapas e imagens para a pesquisa, além de muita paciência em suportar meus momentos de estresse.

Aos meus irmãos Leidiane Pimentel e William Pimentel por sempre me incentivam com palavras de carinho e amor.

A minha sogra Vanildete Teixeira pelos seus quitutes e almoço aos domingos em família.

A minha orientadora Prof. Dra. Maira Barberi, pelo seu suporte e dedicação, confiança em meu trabalho, ajuda em campo e principalmente por acreditar no meu potencial, ponto fundamental para a conclusão de mais uma etapa educacional.

A minha melhor amiga, com orgulho, Grazielle Coelho Rodrigues, pela coorientação, ajuda nas pesquisas em campo, momentos de descontração e principalmente por me deixar ser merecedora de sua amizade.

A sua família, aos quais são eles: Donizete, Márcia e Jéssika Coelho, pessoas excepcionais que fizeram diferença na minha vida.

Por fim ao município de Buriti Alegre, principalmente a gestora Alessandra, que contribuiu com dados e suporte para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

TEIXEIRA-PIMENTEL, H. S. **Avaliação do potencial turístico do município de Buriti Alegre como instrumento para a sustentabilidade ambiental local** (Dissertação de Mestrado) Ciências Ambientais e Saúde. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013. 100 p.

A atividade turística apresenta um expressivo crescimento mundial, por ser uma atividade que de forma direta ou indireta oportuniza postos de trabalho, favorece o desenvolvimento local, gera renda e contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. No entanto deve-se evidenciar que esta atividade tem seus impactos, sejam eles negativos e positivos. Dentre os negativos temos a massificação do turismo contribuindo com a expansão dos problemas ambientais e os positivos o favorecimento de desenvolvimento de uma comunidade. Diante destes impactos já evidenciados pelo turismo, atualmente esta atividade é desenvolvida sobre um novo paradigma ambiental, levando em considerações os princípios da sustentabilidade, apontada como um poderoso instrumento de desenvolvimento e como tal, pode participar ativamente das estratégias de desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar o turismo do município de Buriti Alegre/Goiás, por meio dos indicadores-chaves de sustentabilidade da Organização Mundial do Turismo, visando o desenvolvimento da sustentabilidade turística local. Para o seu desenvolvimento além de levantamento bibliográfico, elaborou-se questionários que analisam a satisfação dos moradores, turistas e proprietários dos atrativos do município com relação ao turismo do município. Após a análise dos questionários verificou-se que a comunidade, os turistas e os proprietários de atrativos no município consideram o turismo local como desenvolvimento econômico, acredita que o município tem potencial turístico e deseja que os gestores municipais implementassem meios para o seu desenvolvimento. Conclui-se que o turismo do município não se configura como um turismo sustentável, de acordo com a análise dos indicadores-chaves da OMT, pois se observa problemas de ordem estrutural, social e ambiental.

**Palavras-chave:** turismo sustentável, sustentabilidade, indicadores de desenvolvimento sustentável.

## ABSTRACT

TEIXEIRA-PIMENTEL, H. S. **Assessment of tourism potential of the city of Buriti Alegre as a tool for local environmental sustainability** (Dissertation) Environmental Science and Health Pontifical Catholic University of Goiás. Goiania, 2013. 100 p.

Tourist activity presents a significant growth worldwide, being an activity that directly or indirectly nurture jobs, promotes local development, generates income and contributes significantly to improving the quality of life of people. However it should be evident that this activity has its impact, whether negative and positive. Among the negatives we have the mass tourism contribute to the expansion of environmental problems and the positive favoring development of a community. Given these impacts already evidenced by tourism, this activity is currently being undertaken on a new environmental paradigm, taking into consideration the principles of sustainability, identified as a powerful tool for development and as such, can actively participate in sustainable development strategies. This research aimed to evaluate the tourism city of Buriti Alegre / Goiás, through the key indicators of sustainability of the World Tourism Organization, aimed at developing the local tourism sustainability. For its development beyond literature, drew up questionnaires that analyze the satisfaction of residents, tourists and owners of the attractions of the municipality with respect to tourism in the municipality. After analyzing the questionnaires it was found that the community, tourists and owners of attractions in the city consider local tourism as economic development, believes the city has tourism potential and wants city managers implement means for its development. We conclude that tourism in the municipality is not configured as sustainable tourism, according to the analysis of key indicators of OMT as noted structural problems, social and environmental.

**Keywords:** sustainable tourism, sustainability, sustainable development indicators.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade. ....	23
Figura 2 - Comportamento do fluxo turístico internacional entre 1995 e 2008. ....	31
Figura 3 - Organograma do Ministério Nacional do Turismo. ....	34
Figura 4 - Divisões das regiões turísticas do estado de Goiás. ....	36
Figura 5 - Relações do Turismo Sustentável. ....	41
Figura 6 - Turismo Sustentável e seu desenvolvimento nos respectivos períodos. .	41
Figura 7 - Aspectos a serem enfocados no processo de Educação Ambiental. ....	46
Figura 9 - Imagem do município de Buriti Alegre. Fonte: Google 2012. ....	55
Figura 10 - Fotos da capela de Nossa Senhora D'abadia em Buriti Alegre/GO. ....	59
Figura 11 - Imagem da localização da Mata do Laranjal em Buriti Alegre/GO. ....	61
Figura 12 - Imagem de fragmentos florestais em Buriti Alegre/GO. ....	62
Figura 13 - Fragmento florestal remanescente em Buriti Alegre/GO. ....	63
Figura 15 - Fotos de formações geológicas presentes em Buriti Alegre/GO. ....	65
Figura 16 - Região das águas, seus municípios e suas classificações. ....	69
Figura 17 - Bacia hidrográfica do reservatório de Itumbiara/GO. ....	70

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Registro dos Impactos do Turismo.....	29
Quadro 2 - Benefícios e desvantagens do turismo.....	30
Quadro 3 - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis .....	45
Quadro 4 - Marco ordenador adotado na publicação de IDS BRASIL (2004).....	50
Quadro 5 - Principais funções dos indicadores segundo TUNSTALL .....	51
Quadro 6 - Indicadores-Chaves de sustentabilidade do turismo .....	57
Quadro 7 - Evolução do IDH do Município de Buriti Alegre.....	68
Quadro 8 - Resultados dos parâmetros dos Indicadores-Chaves da OMT (1996)....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados socioeconômicos dos moradores do município de Buriti Alegre, 2012.	73
Tabela 2 -	Dados referentes aos aspectos ambientais dos moradores do município de Buriti Alegre, 2012.	76
Tabela 3 -	Dados socioeconômicos dos turistas do município de Buriti Alegre, 2012.	78
Tabela 4 -	Dados referentes aos aspectos ambientais dos turistas do município de Buriti Alegre, 2012.	80

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMTUR	Conselho Municipal do Turismo
CSD	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
DDT	Dicloro Difenil Tricloroetano
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IS	Indicadores de Sustentabilidade
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MTur	Ministério do Turismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PER	Pressão-Estado-Resposta



PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Plano Nacional do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento
SMT	Secretaria Municipal do Turismo
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
URSS	União Soviética
WCED	<i>Commission on Environment and Development</i>
WTO	Organização Mundial do Turismo
WTTC	Conselho Mundial da Indústria de Viagens e Turismo
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 SUSTENTABILIDADE E TURISMO .....</b>	<b>18</b>
1.1 SUSTENTABILIDADE .....	18
1.1.2 Desenvolvimento Sustentável.....	21
1.2 TURISMO .....	26
1.2.1 Turismo no Mundo, no Brasil e em Goiás .....	31
1.2.2 Sustentabilidade Ambiental em Relação ao Turismo .....	37
1.2.3 Educação Ambiental para o Turismo Sustentável.....	43
1.2.4 Relação Turismo e Saúde.....	47
1.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE .....	48
1.3.1 Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo .....	52
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>54</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA .....	54
2.2 COLETA DE DADOS .....	56
2.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS:.....	58
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>59</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	59
3.2 ECONOMIA DO MUNICÍPIO.....	67
3.3 TURISMO NO MUNICÍPIO.....	68
3.4 AVALIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E COMPROMETIMENTO POPULACIONAL..	72
3.5 ANÁLISE DOS INDICADORES-CHAVES DA OMT SOBRE O TURISMO DO MUNICÍPIO .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO

Para Gallopin *apud* Ribeiro (2002), indicadores de sustentabilidade são “componentes essenciais na avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável”. Segundo ele os indicadores são recursos importantes que fornecem informação e apoio na tomada de decisões.

Da mesma forma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cita que os indicadores são:

[...] ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem [...] IBGE (2010, p.03).

Os indicadores de sustentabilidade se diferenciam dos outros por exigirem uma visão de mundo mais integrada, inter-relacionando a economia, o meio ambiente e a sociedade de uma região. Um bom indicador alerta sobre os problemas antes mesmo que eles se tornem graves, recomendando o que necessita ser feito para resolvê-los e estabelecendo soluções que auxiliem para um futuro melhor (SATO, 2003).

A utilização dos indicadores de sustentabilidade na atividade turística se torna essencial para análise adequada da sustentabilidade do desenvolvimento turístico, por meio da identificação e das escolhas dos mesmos. A partir desses indicadores, é possível gerar um conjunto de informações sobre a situação real do desenvolvimento turístico, no que se refere aos aspectos sustentáveis e insustentáveis, o mesmo irá subsidiar o processo de tomada de decisão dos diversos atores envolvidos no seu planejamento, para que a definição das ações futuras a serem adotadas seja embasada por práticas sustentáveis (OLIVEIRA *et. al.* 2011).

A atividade turística tem sido interpretada como uma ação que pode trazer crescimento e bem-estar social para o local, no entanto se não for bem gerida pode transformar negativamente algumas regiões as tornando insustentáveis. O planejamento e a gestão do desenvolvimento turístico devem ser realizados com fundamental responsabilidade, utilizando-se de estratégias e ferramentas adequadas para que a qualidade dos recursos que o sustentam sejam mantidos.

Esta atividade envolve diversos setores da sociedade e vem apresentando um dos maiores crescimentos no meio comercial dos últimos tempos. É caracterizado com um setor de serviços que gera empregos, tornando-se uma opção de mercado para os mais diversos setores.

O turismo movimentava no mundo três trilhões e meio de dólares anualmente e cerca de cento e oitenta milhões de pessoas tem no turismo seu sustento de forma direta ou indiretamente. O turismo atualmente tem apresentado um crescimento mundial significativo (HAHN, 2007).

E a atividade turística sustentável reconhece as necessidades da região sobre às questões ambientais e socioeconômicas e almeja ações de desenvolvimento responsável, por isso constitui-se em um verdadeiro desafio sobre a relação “turismo e meio ambiente”. E para se concretizar como atividade responsável e ambientalmente adequada é necessário o planejamento e organização do turismo integrado ao desenvolvimento local, que inclua o envolvimento e a participação da sociedade local, para que se possa alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável e seus pressupostos (HANAI, 2009).

O turismo sustentável só é sustentável, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT), quando relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades futuras, quando contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e as necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos, a diversidade biológica e os sistemas que suportam a vida (OMT, 1999).

Ao se pretender realizar um turismo de forma sustentável e responsável os indicadores tornam-se um importante aliado, através deles é possível detectar e monitorar as transformações locais nos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, espaciais e institucionais e com isso indicar em quais desses, são necessários ações que amenizam e resolvam problemas que surgem em face da atividade turística, fazendo com que esta traga benefícios ao local e à comunidade na qual esta inserida (GIUMELLI, 2008).

Nesta pesquisa é abordado o turismo no município de Buriti Alegre e a avaliação da sua sustentabilidade. Este município possui um grande potencial turístico ainda inexplorado. Atualmente, o município se destaca pela criação de gado, agricultura e o turismo.

No âmbito turístico o município tem como atração principal o Lago das Brisas, um lago artificial formado pela Barragem da Usina de Itumbiara composto pelo encontro dos rios Piracanjuba, Corumbá e Paranaíba, tem uma área de abrangência de 778 km e profundidade de até 116 metros e fica a uma distância de 28 km da cidade.

Objetivou-se caracterizar o município de Buriti Alegre por meio da análise dos indicadores-chaves de sustentabilidade da Organização Mundial do Turismo, visando o desenvolvimento da sustentabilidade turística local. Através da identificação da paisagem natural da região, das práticas desenvolvidas nos atrativos turísticos do município, verificar a percepção, quanto à conservação dos recursos naturais dos envolvidos na atividade turística, além do perfil turístico do município, verificar a contribuição econômica do turismo no município, e sua adequação ao contexto da sustentabilidade e propor ações de sustentabilidade para o turismo de Buriti Alegre;

# 1 SUSTENTABILIDADE E TURISMO

## 1.1 SUSTENTABILIDADE

A relação homem versus natureza ainda hoje é tida como conturbada, em detrimento principalmente do crescimento demográfico, produção em massa de bens de consumo e o aumento no poder de compra das pessoas. Estes são vistos como os grandes culpados pelo distanciamento da natureza pela sociedade (HAHN, 2007).

Alguns pesquisadores discordam que esta relação seja conturbada, afirmando ser exagerada a gravidade dos problemas da população humana, dos recursos e do meio ambiente. Acreditam que podemos superar esses problemas com a criatividade humana, o crescimento econômico e os avanços tecnológicos (MILLER Jr., 2012).

O fato é que esses problemas ambientais foram percebidos, e mais precisamente sentidos através de mudanças na qualidade de vida e saúde das pessoas em detrimento da poluição. Por isso e por várias outras condicionantes induziu o homem a repensar seu modelo de desenvolvimento calcado no crescimento econômico a qualquer custo ambiental (SEIFFERT, 2011).

Segundo Donaire (1999), a partir da década de 50, após a reavaliação dos resultados do crescimento econômico, é que foram analisadas as questões ambientais e sua relação com crescimento econômico.

Na década de 60 a situação de descaso com relação à poluição começou a mudar, alguns recursos começaram a ser mais valorizados e iniciaram-se as preocupações com relação ao aumento da população, do consumo e o esgotamento futuro dos recursos naturais (SEIFFERT, 2011).

Em 1968 Rachel Carson publicou o livro *Silent Spring* – Primavera Silenciosa (CARSON, 1968), que teve uma grande repercussão na opinião pública por expor os perigos de um inseticida o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT). Escrito principalmente para alertar o poder público e as pessoas para regirem contra o abuso de pesticidas químicos, Primavera Silenciosa emergiu como um marco nas preocupações de

danos causados ao meio ambiente. Depois dele a poluição surgiu como um dos grandes problemas ambientais no mundo (DIAS, 2011).

Já na década de 70 a comunidade mundial, por meio das evidências de alterações nos recursos naturais, concluiu que deveriam ser tomadas medidas em relação ao desenvolvimento econômico e tecnológico e percebeu que deveriam buscar um modelo mais adequado para garantir a preservação da natureza (HAHN, 2007).

Em 1972 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), Rio-92. Nesta conferência foi reconhecida a insustentabilidade do modelo atual de desenvolvimento e indicado o desenvolvimento sustentável como o novo modelo de desenvolvimento a ser buscado, reconhece a Educação Ambiental como processo de promoção estratégica desse novo modelo e nomeia a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana (DIAS, 2004).

Nesta conferência o termo *Ecodesenvolvimento* surgiu pela primeira vez definindo que o desenvolvimento e a natureza deveriam estar em equilíbrio, para isto seria necessário levar em considerações as questões sociais, o setor econômico e os cuidados com o meio ambiente (HAHN, 2007).

O ecodesenvolvimento se coloca em uma perspectiva crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável de mercado dos organismos multilaterais, e apresenta uma abordagem alternativa, baseada no desenvolvimento local, na prudência ambiental, nas tecnologias adaptadas, nas forças endógenas das localidades, o mais importante, na participação popular no processo de planejamento do desenvolvimento local (SOUZA, 2000, p. 161).

De acordo com Souza (2000), o ecodesenvolvimento deve levar em consideração não apenas as questões ambientais, mas também as culturais e as sociais, portanto assumir uma identidade socioambiental, abordando as dimensões ecológicas, culturais, econômicas e sociais.

Na década de 80, em reflexo às preocupações ambientais no mundo, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), com o objetivo de examinar as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis. O parecer desta comissão, designado de “Nosso

*Futuro Comum*” é considerado um dos documentos mais importantes sobre a questão ambiental e desenvolvimento no mundo. Nele é formalizado o conceito de desenvolvimento sustentável e estabelecido os parâmetros que os Estados devem se pautar para assumir a responsabilidade dos danos ambientais e pelas políticas causadoras desses danos (DIAS, 2011).

Para ocorrer o Desenvolvimento sustentável se deve considerar o desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição de bens e ponderar a capacidade de fragilidade, interdependência e as escalas de tempo específicas dos recursos naturais. Constitui acima de tudo produzir utilizando os recursos de forma a respeitar a existência dos sistemas ecológicos e a capacidade de recuperação e recomposição destes sistemas, criando mecanismos que permitam seu acesso por toda a sociedade (PNUD, 1999).

Na década de 90 o meio ambiente era assunto obrigatório nas pautas das agendas globais e nos encontros internacionais. Considerado um período de intensos debates, atividades, fóruns, conferências e encontros que resultaram em um consenso mundial dos perigos que a Terra enfrentava se continuasse com o modelo de crescimento insustentável em vigor até então (DIAS, 2011).

Segundo este mesmo autor, nesta década iniciou-se uma nova realidade entre as nações, por meio da criação de diversas assinaturas, tratados e acordos multilaterais internacionais, além da construção de um arcabouço normativo-institucional ambiental nos Estados-nações (ministérios, agências, organizações governamentais), configurando uma nova ordem ambiental mundial. Estes acordos estabelecem regras para a proteção ambiental, a saúde e a segurança humana em várias áreas de interesse ecológico.

Enfim viabilizar, na prática, a noção de sustentabilidade sucinta a mudança de comportamento individual, social e coletivo, fundamentalmente, transformações nos processos de produção e de consumo. Para tanto, faz-se necessário à provocação de um processo de discussão, o comprometimento de toda a sociedade e a incorporação dessas questões pela arena política. Essas características tornam o desenvolvimento sustentável um processo a ser ainda implementado (PNUD, 1999).



### 1.1.2 Desenvolvimento Sustentável

O termo desenvolvimento e seus conceitos são entendidos de três formas para Dias (2006). A primeira é considerar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, a segunda que o mesmo não passa de uma mera ilusão, crença, manipulação, mito ou ideologia e terceira forma, vista por Ignacy Sanchs como uma maneira de permitir que os indivíduos revelem suas capacidades, seus talentos na busca da autorrealização e da felicidade, através de esforços coletivos e individuais.

Segundo Dias (2004), o desenvolvimento nada mais é do que compatibilizar as necessidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais com as necessidades de preservação ambiental. Só se pode obter a sustentabilidade se as políticas de desenvolvimento levar em consideração a possibilidade de mudanças quanto ao acesso aos recursos naturais e quanto à distribuição de custos e benefícios.

Outra maneira de dizer o que vem a ser o desenvolvimento pode ser visto nos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde diz que este tem a ver com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas (DIAS, 2006).

Segundo Cintra (2004), desenvolvimento só faz sentido se criar condições à promoção do ser humano, e melhorias na qualidade de vida da população. Ele só é eficiente e socialmente justo se adotar os padrões da sustentabilidade de forma a envolver o econômico, o social, o ambiental, o cultural, o territorial e o institucional.

Já a sustentabilidade é salientada por Ignacy Sanchs em seu livro *“Caminhos para o desenvolvimento sustentável”* publicado em 2002, como sendo um verdadeiro tripé, onde o primeiro corresponde à preservação do potencial da natureza para a produção dos recursos naturais renováveis, o segundo a limitação do uso de recursos não renováveis e o terceiro o respeito e o destaque para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais (DIAS, 2006).

O desenvolvimento se refere ao progresso humano nas áreas social, cultural, econômica e política nos países ditos desenvolvidos e emergentes. Já a sustentabilidade não tem uma postura rígida, podendo sofrer adaptações. De modo que os recursos não podem sofrer destruições, sendo importante que haja igualdade social entre as gerações atuais e futuras para que esta última disponha destes recursos (HAHN, 2007).

O termo desenvolvimento sustentável foi discutido pela primeira vez pela *World Conservation Union*, também intitulada de *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* – União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Esta produziu um documento que afirma que para o desenvolvimento ser considerado sustentável deve-se considerar os aspectos referentes às dimensões social e ecológica, além dos fatores econômicos, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curtos e longos prazos das ações. O foco principal neste documento é a integridade ambiental e apenas após o Relatório Brundtland a ênfase desloca-se para o elemento humano, propondo um equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental (BELLEN, 2006).

O relatório Brundtland produzido pela *Commission on Environment and Development* (WCED) intitulado de *Nosso Futuro Comum*, traz uma das definições mais conhecidas do desenvolvimento sustentável. Este relatório sucinta que o desenvolvimento sustentável deve procurar estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza e enfatiza a pobreza como um item incompatível com o desenvolvimento sustentável, além disso indica a necessidade de que a política ambiental dever ser parte integrante do processo de desenvolvimento (DIAS, 2011).

De acordo com o Relatório Brundtland [...] desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. [...] (CMMAD, 1991, p.46).

O principal foco do conceito de desenvolvimento sustentável deve ser a integridade ambiental e a partir daí a ênfase se desloca para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social (BELLEN, 2006).

A IUCN, no seu documento *Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*, afirma que para que a sustentabilidade do planeta seja alcançada, é necessária a formação de uma sólida aliança entre os países. A ética do cuidado com a Terra deve ser aplicada em todos os níveis: internacional, nacional e individual. Segundo esta instituição a nação só tem a ganhar com a sustentabilidade mundial, pois estarão ameaçadas caso não sejam encontrados mecanismos para viabilizar a proposta de desenvolvimento sustentável (IUCN, 1992, p.12).

Sustentabilidade deve basear-se no equilíbrio entre os três eixos fundamentais do seu conceito: o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social (Figura 01). Se houver o predomínio de algum desses eixos se tornará a manifestação de interesse de grupos isolados e com isso a insustentabilidade (DIAS, 2011).

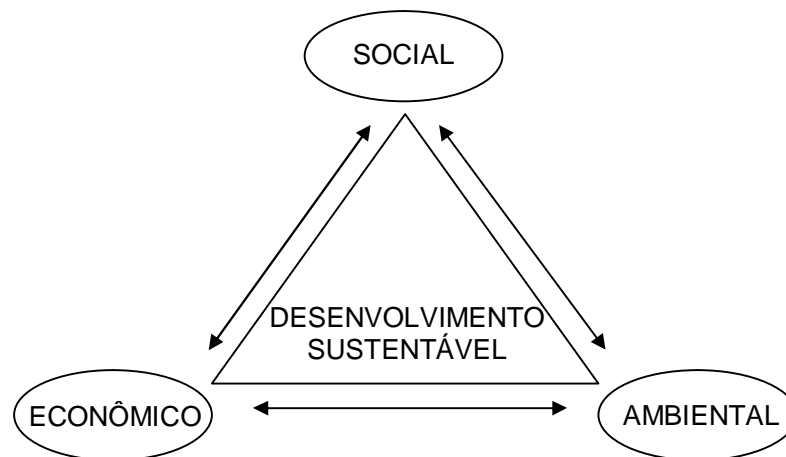


Figura 1 - Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade. Fonte: (DIAS, 2011).

Bellen (2006), salienta que existem múltiplos níveis de sustentabilidade, e por isso nos leva a questão das inter-relações dos subsistemas que devem ser sustentáveis, o que por si só não garante a sustentabilidade do sistema como um todo. Ou seja, é possível que haja a sustentabilidade dentro de subsistemas como uma comunidade local, entretanto esta deve reconhecer que existem interdependências e fatores que não podem ser controlados dentro dos limites desses sistemas menores.

Para Bossel (1999), a sociedade humana é um sistema complexo, adaptativo e incluso em outro sistema complexo que é o meio ambiente. Estes sistemas co-evoluem em interações mútuas. Para ele existem várias e diferentes maneiras de se alcançar a sustentabilidade de um sistema, e ressalta que se esta sustentabilidade estiver relacionada às tendências atuais, em que uma minoria dispõe de grandes recursos às custas de uma maioria, o sistema será sempre insustentável.

Segundo Cintra (2004), o conhecimento e a compreensão dos diversos aspectos das comunidades é muito importante hoje. Afirma também que o principal desafio do nosso tempo é desenvolver e manter comunidades sustentáveis, comunidades que possam satisfazer os seus desejos e aspirações sem que isso diminua as chances das gerações futuras de satisfazer as suas.

O que se mostra é que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não está totalmente fechado. É um conceito ainda em evolução à medida que as práticas sociais se transformam por meio da reflexão dos autores. Por isso considera-se o desenvolvimento sustentável não como um conceito e sim uma ideia, que ainda está em construção à medida que suas dimensões vão se integrando. Essa ideia se baseia principalmente em um processo contínuo de formação deste conceito.

Por ser dinâmico e fundamento em mudanças Sanchs (1997 p. 474-475), aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões principais:

I – Sustentabilidade social, isto é, o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa da renda e dos ativos, assegurando uma melhoria substancial dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que tem e daqueles que não têm.

II – Sustentabilidade econômica, tornada possível graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além da alocação e do manejo eficiente dos recursos naturais.

III – Sustentabilidade ecológica, implicando a expansão da capacidade de transporte da “nave espacial terrestre”, mediante a intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, intensificação esta tornada compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial. O consumo de combustíveis fósseis e outros, de esgotamento rápido além de prejudiciais ao meio ambiente, deveriam ser reduzidos.

IV – Sustentabilidade geográfica: os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Dois exemplos expressivos desta tendência são a excessiva concentração da população em áreas metropolitanas, e a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância crucial, devido a processos não controlados de colonização. Daí a necessidade de se buscar uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de se estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica, e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor.

V – Sustentabilidade cultural, que talvez, constitua a dimensão mais difícil de ser concretizada, na medida em que implica que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.

Além de outros estudos terem especificado mais dimensões para o conceito de desenvolvimento sustentável, o que mais tem prevalecido nos estudos é o tripé que envolve as dimensões social, ambiental e econômica, onde se busca o equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável, e ecologicamente sustentável (RIBEIRO *et al.*, 2008).

De acordo com Dias (2004), nada em relação às questões ambientais se resolve sem decisão política, mas o grande empasse para a sustentabilidade é que esta política se mostra obsoleta, egoísta, desonesta, apática e principalmente despreparada em relação a esta temática. Para ele este modelo político deve desaparecer e dar lugar a um sistema mais interativo, mais participativo. É urgente a necessidade de novas lideranças realmente comprometidas com o desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

A complexidade da sustentabilidade aumenta a necessidade e a importância de ações de todos os setores da gestão do meio ambiente para a busca de soluções que sejam integradas e acima de tudo sustentáveis (PHILIPPI Jr. *et al. apud*, PHILIPPI Jr., 2005).

Um dos princípios que se encontra por trás de qualquer ideia de desenvolvimento sustentável é a de que o desenvolvimento implica, em menor ou maior grau, de alguma forma de degradação do meio ambiente (CAVALCANTE, 1997).

Todos os aspectos apresentados mostram a diversidade e a complexidade deste termo. Apesar de ser difícil a conceituação concreta do desenvolvimento

sustentável, esta diversidade deve funcionar como um impulsionador e motivador para criação de novas visões sobre ferramentas para a busca da sustentabilidade.

## 1.2 TURISMO

O turismo é caracterizado pelo constante ir e vir das pessoas para a satisfação de suas necessidades internas seja por motivos de saúde, lazer, cultura, entre outros. Por meio desta movimentação o turismo é uma atividade que movimenta milhares de viajantes que contribuem com a economia e a valorização da economia local (HAHN, 2007).

Segundo Lage e Milone, 2000 o mercado turístico é um tipo de mercado na economia de um país ou região que merece ter uma análise minuciosa, devido a suas características particulares. Seu funcionamento engloba os *turistas* ou *consumidores* de bens e produtos, as *empresas* ou *produtores* dos recursos e as ações governamentais contribuindo com ambas as partes em especial a dos produtores.

O fenômeno turismo é considerado recente e surgiu, com esta versão moderna, na metade do século XIX depois que Thomas Cook, em 1841, organizou uma viagem para levar 570 pessoas para participar de um congresso em Longborough, Inglaterra. Posteriormente a este período esses deslocamentos acentuaram-se dentro de seus próprios países e em seguida em forma de turismo internacional (DIAS, 2008).

A palavra “turismo” surgiu no século XIX, mas foi a partir do século XX, mas precisamente depois da Segunda Guerra Mundial, que o turismo evoluiu, em consequência do aumento da produtividade empresarial e o maior poder de compra e bem-estar das pessoas, resultante da restauração da paz no mundo (RUSCHMANN, 2010).

No final do século XX os questionamentos a respeito do desenvolvimento focado nos aspectos econômicos se iniciam, preocupações sobre a relação do meio ambiente com a economia e o significado do Desenvolvimento Sustentável, com o turismo fazendo parte destes questionamentos. Durante estas discussões o turismo

ganha destaque, pois compreendia-se ser ele uma indústria poderosa e limpa (ZUCARATO e SANSOLO, 2006).

De acordo com estes autores na década de 1970, por meios de conhecimentos dos potenciais impactos negativos gerados pelo turismo de massa, o setor público e privado toma medidas para o seu gerenciamento. Surge daí novos conceitos como o ecoturismo, o turismo verde, agroturismo, espeleoturismo, o turismo de aventura entre outros, elencados como alternativas à diminuição destes impactos.

Segundo dados da OMT *apud* DIAS (2008), de 1950 a 2000 os deslocamentos internacionais de turistas passaram de 25 para 699 milhões por ano, gerando crescimento de 5% ao ano.

A atividade turística no âmbito natural e rural é significativamente importante para o Brasil, pois seus segmentos como os chamados ecoturismo e turismo rural vem apresentando altas taxas de crescimento e com tendência de continuar a crescer de forma intensa e constante (HANAI, 2010).

O segmento turístico é, atualmente, considerado um dos fenômenos mais importantes do ponto de vista político, econômico, ambiental e sociocultural. Deixou de ser visto apenas como um sinônimo de lazer e passou a assumir um papel de agente social nas sociedades em que se desenvolve (MARUJO e CARVALHO, 2010).

Esta atividade proporciona o aproveitamento, pelas pessoas, do seu tempo livre, como feriados prolongados e férias, através da disponibilidade de meios de atividades de lazer. O fenômeno turístico foi bastante estudado, pesquisado e conceituado, sua conceituação não é fácil, pois cada segmento o define de acordo com seus interesses. No entanto uma das definições mais utilizadas hoje e que atende às necessidades de vários segmentos turísticos é a divulgada pela OMT.

Para a OMT (SANCHO, 2001 p.38):

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um

período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras.

Porém existem outras definições também bastante conceituadas, tais como:

A Organização das Nações Unidas (ONU, 1954 *apud* IGNARRA 1999, p. 25) já possuía a sua conceituação turística:

Toda a pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua, e religião que ingresse num território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de 6 meses, no transcorrer de um período de 12 meses com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios mas sem propósito de imigração.

Beltrão (2001, p. 17,18), define turismo como:

O turismo é o conjunto de todas as atividades sociais, culturais, políticas, econômicas e naturais que envolvam as pessoas se deslocando pelos mais diversos lugares em busca de outros destinos desconhecidos ou não com uma permanência temporária.

No conceito da atividade turística distinguem-se quatro elementos básico, aos quais são eles: **demanda** – conjunto de consumidores de bens e serviços; **oferta** – conjunto de produtos, serviços e organizações da atividade; **espaço geográfico** – base onde se dá o encontro da oferta e demanda e os **operadores do mercado** – empresa ou organismos que facilita a interação entre demanda e oferta como, exemplo as agências de viagens (SANCHO, 2001).

Por afetar direta ou indiretamente diversos setores da economia o turismo torna-se um instrumento poderoso de desenvolvimento, gerando a possibilidade de abertura de um significativo número de empregos, sejam diretos ou indiretos, além de vários outros postos de trabalho. Porém O Turismo, como qualquer outra atividade, apresenta aspectos negativos e positivos, que devem ser considerados e analisados constantemente devido as suas intensas modificações (DIAS, 2008).

Os impactos dos segmentos turísticos podem ser percebidos local, regional, nacional ou internacionalmente dependendo da sua intensidade e de seus diferentes níveis. Ruschmann (2010) sugere um modelo de registro dos impactos do turismo nos diversos setores e níveis, sejam eles positivos (+), negativos (-) ou positivos e negativos ( $\pm$ ), de acordo com suas diversas atividades e situações (QUADRO 1).



Quadro 1- Registro dos Impactos do Turismo

IMPACTOS/SITUAÇÕES	LOCAL	REGIONAL	NACIONAL	INTERNACIONAL
Desenvolvimento turístico				
Empregos	±	+	+	
Divisas	±	+	+	
Saneamento	±		±	
Meio ambiente	±	±	±	
Urbanização	±	±		
Transporte	±			
Telefonia, telégrafo	±			
Construções de hotéis	±			
Programas habitacionais	±			
Retorno de capital (investimentos estrangeiros)	-	-	-	+
<b>Recursos naturais e culturais</b>				
Degradação do <i>habitat</i> de animais selvagens	-	±	-	-
Erosão do solo	-	±	-	-
Poluição da água	-	-	-	-
Destruição da vegetação	-	-	-	-
Destruição de corais	-	-	-	-
Êxodo rural	-	±	-	±
Sítios históricos	±	±	-	-
Ruínas arqueológicas	±	±	-	-
Padrões de consumo	-	-	-	
Comportamento	±	±	±	
Mudanças culturais	±	±	±	

Fonte: RUSCHMANN (2010, p. 37), (+ = Positivos, - = Negativos, ± = Positivos ou Negativos dependendo das atividades/situações.

Segundo a *World Wide Fund for Nature - WWF* (2003), no seu Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, o desenvolvimento do turismo tem gerado uma série de benefícios e contribuições para trazer à qualidade de vida de uma comunidade. Porém, apesar desta atividade trazer muitos benefícios, o seu desenvolvimento não acontece livre de impactos negativos para esta comunidade. Este manual lista em uma série de benefícios e desvantagens desta atividade, (QUADRO 2).

Quadro 2 - Benefícios e desvantagens do turismo

SETORES	BENEFÍCIOS	DESVANTAGENS
<b>ECONÔMICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O turismo ajuda a diversificar e estabilizar a economia local. Também pode ajudar a trazer outras atividades econômicas para a comunidade;</li> <li>• O turismo gera impostos e traz dinheiro novo para a comunidade;</li> <li>• O turismo gera empregos e oportunidades comerciais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O turismo necessita de custos operacionais para pesquisa, promoção e etc.;</li> <li>• O turismo se utiliza de serviços públicos que são mantidos pelo contribuinte local excedendo seus custos;</li> <li>• O turismo pode exigir o treinamento de empregados, proprietários e a educação da população local;</li> <li>• O turismo pode gerar fuga de capitais;</li> </ul>
<b>SOCIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O dinheiro gerado pelo turismo ajuda a financiar serviços e estabelecimentos públicos que a comunidade talvez não tivesse condições de financiar (estradas públicas, energia, comunicação, saúde e segurança);</li> <li>• O turismo incentiva a participação cívica e o orgulho pela comunidade e suas manifestações culturais;</li> <li>• O turismo proporciona o resgate e o intercâmbio cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O turismo pode atrair visitantes com comportamento conflitante com o da comunidade e seus padrões culturais;</li> <li>• O turismo pode criar tumulto, poluição em vários níveis e congestionamento;</li> <li>• O turismo pode aumentar os índices de criminalidade e marginalidade;</li> <li>• O turismo pode gerar conflito entre os que querem e os que são contra o seu desenvolvimento;</li> </ul>
<b>AMBIENTAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O turismo pode incentivar a preservação de recursos naturais, culturais e históricos;</li> <li>• O turismo pode estimular a revitalização e embelezamento paisagístico da cidade ou vila;</li> <li>• O turismo pode contribuir para a sustentabilidade de áreas protegidas;</li> <li>• O turismo educa para a conservação da natureza.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo desordenado ou sem critérios pode degradar a qualidade de importantes recursos naturais e históricos;</li> <li>• Lixo, barulho e poluição do ar podem aumentar com o turismo;</li> <li>• O sucesso econômico do turismo pode levar a maior pressão sobre os recursos naturais.</li> </ul>

Fonte: *WORLD WIDE FUND FOR NATURE - WWF* (2003)

Alguns pesquisadores descrevem que o turismo tem uma importância significativa na economia das áreas que o desenvolve, mas também admitem que ele possa provocar muitas vezes uma degradação ambiental nessas áreas. Esta questão, levou à adoção de novas formas de turismo como o chamado turismo sustentável entendido, pela OMT (2003), como aquele que satisfaz as necessidades dos turistas, das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e potencializa novas oportunidades para o futuro (MARUJO e CARVALHO, 2010).

Este planejamento turístico sustentável surge como uma nova forma de evitar danos irreparáveis e irreversíveis nos meios turísticos e no meio ambiente, já que este é a base econômica da atividade turística.

### 1.2.1 Turismo no Mundo, no Brasil e em Goiás

O turismo no mundo vem ganhando importância crescente, em virtude principalmente do seu relevante papel no desenvolvimento econômico e social, que gera renda e emprego direta e indiretamente, sendo uma atividade basicamente centrada no consumo com seu desempenho fortemente influenciado pelo crescimento no nível de renda dos consumidores (OMT, 2009).

O *World Travel e Tourism Council (WTTC)*, 2009 reconhece que a indústria de Viagens e Turismo é a maior indústria de serviços mundial, apoiando 255 milhões de empregos o que representa até 9% do PIB mundial.

Segundo dados da OMT (2009), entre 2000 e 2008, as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano, alcançando o total de 922 milhões de turistas em 2008, gerando uma renda de aproximadamente US\$ 5 trilhões, crescimento este que é justificado por uma tendência de descentralização do fluxo turístico (Figura 2).

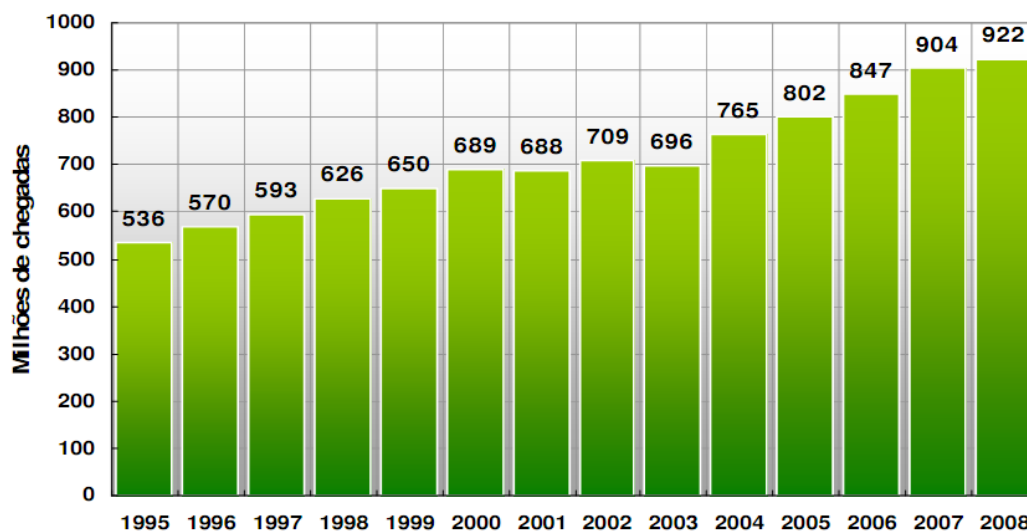


Figura 2 - Comportamento do fluxo turístico internacional entre 1995 e 2008. Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT (2009).

De acordo com esta organização o continente Europeu concentrou 52,9% das viagens internacionais em 2008, sendo que no ano 2000 concentrava 57,4% destas. A América do Norte concentrava 10,6% do turismo mundial em 2008, sendo que em 2000 concentrava 13,4%. Já a região da Ásia e do Pacífico, que em 2000 concentrava 16,2% do turismo mundial, em 2008 passou a concentrar 20,0% dos turistas. O Oriente Médio que concentrava 3,6% do turismo mundial em 2000 passou

a concentrar 6,0% em 2008. A mesma tendência é observada na África onde concentrava 4,1% em 2000 e 5,1% em 2008. Já a América do Sul permaneceu, ao longo do intervalo de 2000 a 2008, com uma tendência de concentração de 2,2% da participação no fluxo turístico internacional.

Em 2008, segundo a OMT, do total de 921 milhões de desembarques registrados, 488 milhões ocorreram na Europa (53% do total), 184 milhões (20%) na região da Ásia e do Pacífico, 147 milhões (16%) nas Américas, 55 milhões (6%) no Oriente Médio e 47 milhões (5%) na África (AGETUR, 2003).

O turismo mundial encontra-se em desenvolvimento, favorecido principalmente pela evolução da tecnologia, um aumento da renda, a possibilidade de troca de informações e a disponibilidade das pessoas para viagens de negócios, lazer, conhecimento, cultural etc (HAHN, 2007).

Pesquisas relacionadas ao setor econômico cita o setor de serviços como o de maior crescimento no panorama internacional. Como o turismo é um segmento basicamente prestador de serviços, este passa a ter um relevante papel neste contexto.

Para Ignarra (1999, p. 99), “[...] o setor de viagens e turismo é um dos principais em termos de geração de renda e emprego nos EUA, no Japão, na Alemanha e na França, os quatro países mais ricos do mundo. [...]”

Em 2001, em consequência aos atentados terroristas de 11 de setembro ocorrido nos Estados Unidos, o turismo mundial sofreu um abalo, provocando prejuízos para o mercado mundial, todas as atividades ligadas ao setor de turismo tiveram significativas perdas (HAHN, 2007).

Este acontecimento, segundo o BRASILTURISJORNAL (2001) foi favorável para o turismo no Brasil, tornando as atrações turísticas brasileiras como opções mais seguras, em virtude do medo das pessoas em realizarem viagens aéreas.

Assim como outros países como a China, África do Sul, Índia e Rússia, que são considerados ainda pouco explorados, o Brasil possui boas perspectivas de se tornar novos destinos internacionais segundo Beltrão (2001).

A crescente demanda dos turistas por viagens que lhes proporcionem o contato direto com a natureza coloca todas as regiões do Brasil em posição privilegiada como destinações para a demanda nacional, em função de seus inúmeros recursos naturais (RUSCHMANN, 2002).

No Brasil a contribuição econômica favorável que o turismo oferece não foge a regra. Segundo a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR (2006) por meio de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a atividade turística contribui com pelo menos 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A participação do turismo brasileiro no panorama mundial evoluiu de 0,15% em 1970, para 0,69% em 2001. E para dinamizar ainda mais o turismo, o governo federal brasileiro lançou em 2003 o Plano Nacional de Turismo (PNT).

A criação do Ministério do Turismo (MTur), em janeiro de 2003, configura um marco para o desenvolvimento do turismo nacional. Segundo o PLANO NACIONAL DO TURISMO (2007/2010) p.45:

“[...]o MTur foi instituído com a missão de promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, da ampliação e melhoria de sua infraestrutura e da promoção comercial do produto turístico brasileiro no mercado nacional e no exterior. [...]”

A estrutura interna do Ministério do Turismo é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, além dos seguintes órgãos finalísticos, segundo o Plano Nacional do Turismo (2007/2010):

- a) *Secretaria Nacional de Políticas de Turismo* – compete formular, elaborar, avaliar e monitorar a Política Nacional do Turismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Turismo, bem como articular as relações institucionais e internacionais necessárias para a condução dessa Política.
- b) *Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo*: compete realizar ações de estímulo às iniciativas públicas e privadas de fomento, de promoção de investimentos em articulação com os Programas de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), bem como

apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao turismo e a qualificação dos serviços.

- c) *Instituto Brasileiro de Turismo, EMBRATUR* – autarquia que tem como área de competência a promoção, a divulgação e o apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do País no exterior. A figura 3 demonstra a estrutura do Ministério do Turismo.

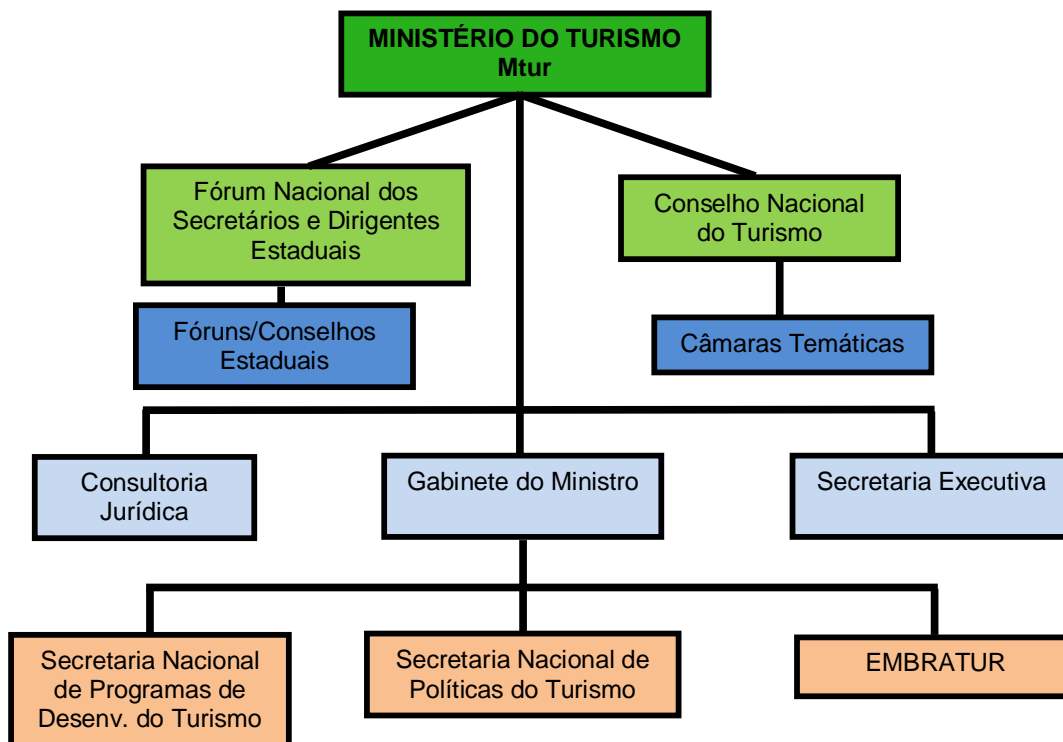


Figura 3 - Organograma do Ministério Nacional do Turismo. Fonte: Adaptado de (HAHN, 2007).

Segundo Swarbrooke (2000), em países como o Brasil o turismo é visto principalmente como uma ferramenta para o desenvolvimento nacional. E em Goiás este pressuposto também é válido, visto que este é um estado privilegiado em recursos naturais onde podem ser utilizados de forma sustentável para garantir este sucesso econômico.

De acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN (2006), em março de 2004, o Mtur identificou para Goiás cinco regiões turísticas prioritárias, que possuem produtos turísticos estruturados, necessitando de promoção e apoio à comercialização. São elas: Águas, Negócios, Ouro, Reserva da Biosfera Goyaz e Vale do Araguaia. A partir da

implantação da metodologia de critérios de classificação, o Estado de Goiás fez uma nova classificação identificando os principais municípios turísticos, inseridos em nove regiões turísticas (Figura 4):

- **Região Agro-ecológica:** Jataí; Mineiros; Rio Verde, Chapadão do Céu e Serranópolis;
- **Região Vale do Araguaia:** Aragarças, Aruanã, Nova Crixás(Bandeirantes), São Miguel do Araguaia (Luiz Alves) e Piranhas;
- **Região do Ouro:** Cidade de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Abadiânia;
- **Região das Águas:** Caldas Novas, Rio Quente, Itumbiara, São Simão, Lagoa Santa, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada e Três Ranchos;
- **Região da Biosfera Goyaz:** Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, Formosa, Guarani de Goiás, Posse, São Domingos, São João D'Aliança;
- **Região dos Negócios:** Goiânia, Trindade, Anápolis, Aparecida de Goiânia e Hidrolândia;
- **Região dos Engenhos:** Cristalina, Luziânia, Silvânia;
- **Região Nascente do Oeste:** Paraúna, Iporá, Palmeiras de Goiás;
- **Região do Vale da Serra da Mesa:** Uruaçu, Minaçu, Porangatu e Niquelândia.



Figura 4 – Divisões das regiões turísticas do estado de Goiás. Fonte: PLANO ESTADUAL DE TURISMO, 2008.

O Plano Estadual do Turismo desenvolvido para os anos de 2008 a 2011 se utiliza de um sistema de classificação dos municípios turísticos com finalidade de identificar o nível de desenvolvimento e direcionar apoio técnico e financeiro. Através deste sistema, foram classificados 46 municípios nas 9 regiões turísticas do estado (PLANO ESTADUAL DO TURISMO, 2008).



De acordo com este plano os critérios de classificação foram definidos com base na Política Nacional de Turismo. Dentre estes critérios temos incluso a existencia do Concelho Municipal de Turismo, Existência do Fundo Municipal de Turismo, realização do Inventário da Oferta Turística, elaboração do Plano Municipal de Turismo, Centro de Atendimento ao Turista em operação dentre outros (PLANO ESTADUAL DO TURISMO, 2008).

Segundo estes critérios citados os municípios são pontuados e identificados como prioritários para o desenvolvimento do turismo como: município Diamante: município que conseguiu obter no mínimo 60 pontos, município Esmeralda: município que conseguiu obter no mínimo 40 pontos e município Cristal: município que conseguiu obter no mínimo 20 pontos. Goiás conta hoje com 13 municípios Diamante, 14 Esmeralda e 19 Cristal. Demonstando que os 46 municípios classificados se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento turístico. (PLANO ESTADUAL DO TURISMO, 2008).

#### 1.2.2 Sustentabilidade Ambiental em Relação ao Turismo

A relação entre o turismo e o meio ambiente é tão ampla e multifacetada. Trata-se de uma relação de interdependência já plenamente integrada ao sistema turístico (PIRES, 2010).

Segundo José Roberto Provesi, Reitor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) no prefácio do livro de Philippi Jr. e Ruschmann (2010), são dois os motivos primordiais que incluem o turismo nas práticas sustentáveis; primeiro, porque sua sustentabilidade depende intrinsecamente da manutenção de boas condições ambientais e de uma relação harmoniosa entre as práticas turísticas e as peculiaridades culturais e tradicionais das comunidades; segundo, porque o êxito do turismo sustentável pode exercer efeito multiplicador, de modo a instaurar uma ordem econômica fundada não mais no lucro a qualquer custo, mas sim ao equilíbrio racional entre as demandas humanas e a saúde do meio ambiente.

Porém esta visão no turismo não era anteriormente implementada, haja vista que num primeiro instante a característica da exploração realizada pelo turismo de massa não demonstrava tão evidente seus impactos negativos no ambiente natural,

visto até como uma dádiva dos céus. Tanto que em 1967 as Nações Unidas declararam o Ano Internacional do Turismo, e em 1975 foi criada a Organização Mundial do Turismo. Foi o período em que se acreditava que o turismo era uma atividade limpa e não contaminante e iria substituir as indústrias poluidoras da Revolução Industrial por uma indústria sem chaminés (DIAS, 2008).

Em meados dos anos 70, nos países desenvolvidos, estudos começaram a aparecer para o alerta aos problemas ambientais causados pelo turismo de massa, preocupados principalmente com o esgotamento dos recursos naturais (DIAS, 2008).

Para Ruschmann (2001, p.20-1), os anos 70 foram marcados pelo surgimento da preocupação com a qualidade do meio ambiente, pois o mesmo era considerado como elemento de destaque do produto turístico.

Nesta época o mundo clamava pela necessidade de economizar água e energia e reciclar determinados produtos, além do surgimento da obrigatoriedade em praticar a ética ambiental como forma de manter o sucesso de seus negócios, devido à dependência dos recursos ambientais para o funcionamento do turismo (DIAS, 2004).

O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços – agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de cultura turística dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não tem nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que tem o direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural (RUSCHMANN, 2001 p.110).

Na década de 80 o aumento do movimento ambientalista começa a influenciar no setor turístico. Os turistas já não se satisfazem mais com o tradicional e buscam alternativas ao turismo de massa (DIAS, 2008).

Pela sua importância o turismo passou a ter para muitas localidades a principal atividade econômica, tanto que a OMT (2003) reconheceu a necessidade de desenvolver estratégias para que o turismo satisfizesse não só as expectativas

econômicas, mas também respeitasse os valores sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais, tornando-se uma atividade sustentável a longo prazo.

Dada a importância que o turismo havia assumido OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1980 divulgaram a Declaração de Manila sobre o Turismo e Meio Ambiente Mundial<sup>1</sup>, onde expressaram a certeza de que o desenvolvimento das atividades turísticas e uma saudável gestão do meio ambiente são elementos essenciais e interdependentes de um proveitoso processo de desenvolvimento, do qual o homem é o próprio beneficiado. Esta declaração foi a principal inspiradora do item 5 da Carta do Turismo e o Código do Turista<sup>2</sup>.

Já no século XX, em seus últimos anos, as populações de países ditos desenvolvidos com alta renda aumentaram seus interesses na melhoria da qualidade de vida, e buscaram na natureza – ambiente natural – o oposto de sua vivência diária, demandando serviços que os proporcionassem o atendimento de suas necessidades mínimas como tranquilidade, despreocupação e contato com a natureza (DIAS, 2008).

Em 1992, o Conselho Mundial da Indústria de Viagens e Turismo (WTTC), a Organização Mundial do Turismo (WTO) e o Conselho da Terra uniram esforços para realizar um estudo sobre a agenda 21 e desenvolveram um plano de ação para o turismo, denominado de Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, publicado pela OMT em 1994, definindo o desenvolvimento sustentável como parte central do negócio do turismo. E em 1995 foi realizada em Lanzarote na Espanha, a Conferência Mundial de Turismo Sustentável. A carta produzida nesta conferência corresponde a um marco de referência para a definição do Turismo Sustentável, haja vista que engloba os princípios<sup>3</sup> fundamentais para o desenvolvimento do turismo sustentável (DIAS, 2008).

---

<sup>1</sup> Assinada em 1980 por 107 países, seus 25 pontos expressam a importância do turismo e a responsabilidade das nações pelo seu desenvolvimento responsável nas sociedades modernas.

<sup>2</sup> Conhecido como Declaração de Sófia, Bulgária (1985), destaca a importância do turismo na vida das pessoas, nas sociedades e seus efeitos em todas as áreas, conclama as nações para ampliar a cooperação e define as responsabilidades do Estado no seu desenvolvimento, especialmente no fomento da consciência turística entre os povos e na proteção e valorização de forma a contribuir na instauração de uma nova ordem econômica internacional, em que os recursos turísticos são patrimônio da humanidade.

<sup>3</sup> (i) respeitar a legislação vigente; (ii) garantir os direitos das populações locais; (iii) conservar o ambiente natural e sua biodiversidade; (iv) considerar o patrimônio cultural e valores locais; (v) estimular o desenvolvimento social

Em seu primeiro artigo a carta de Lanzarote estabelece que o desenvolvimento turístico deva fundamentar-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, [...] deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde suas perspectiva ética e social para as comunidades locais (CONFERENCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1995 p.02).

Para delimitar as condutas dos diversos atores nesse processo a OMT (2001), publica o “Código Mundial de Ética do Turismo”, que já nos seus primeiros nove artigos define essas responsabilidades<sup>4</sup>.

Por isso em detrimento da crise do modelo de turismo convencional, as crescentes preocupações mundiais com a preservação do meio ambiente e a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações permitiram uma mudança na demanda turística que promoveriam a busca por novas formas de desenvolvimento que se ajustem às necessidades dos turistas sem esquecer a preservação dos recursos naturais.

O turismo como uma atividade econômica e social não pode ficar as margens da interpretação do desenvolvimento sustentável, esta reinterpretação que estabelece novos conceitos e significados que reorientam a relação homem versus natureza (DIAS, 2004).

Estas discussões envolvendo sustentabilidade e turismo levou a uma nova concepção para o turismo, a do *turismo sustentável*, tendo este uma maior aceitação e se tornando o centro das atenções no mundo do turismo.

Segundo Swarbrooke (2000), o turismo sustentável é simplesmente parte de um sistema mais amplo de desenvolvimento sustentável, sendo este sistema aberto, onde cada elemento afeta os demais. Por isso é de suma importância que se

---

e econômico dos destinos turísticos; (vi) garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; (vii) estabelecer o planejamento e a gestão de responsáveis.

<sup>4</sup> (art. 1) contribuição do turismo para o entendimento e respeito mútuo entre homens e sociedades; (art. 2) o turismo, instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo; (art.3) o turismo, fator de desenvolvimento sustentável; (art.4) o turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade; (art.5) o turismo, atividade benéfica para os países e as comunidades de destino; (art. 6) obrigações dos agentes do desenvolvimento turístico; (art.7) direito do turismo; (art.8) liberdade para deslocamento turístico; (art.9) direitos dos trabalhadores e dos empresários do setor turístico.

procure não interferir em qualquer aspecto do turismo a menos que se compreenda sua relação com os outros aspectos do desenvolvimento sustentável. A Figura 5 ilustra as relações entre os aspectos da sustentabilidade.

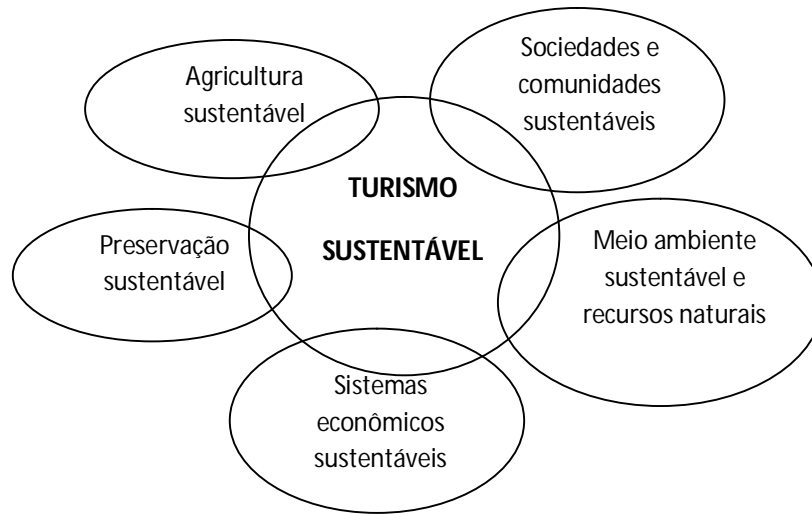


Figura 5 - Relações do Turismo Sustentável. Fonte: adaptado de SWARBROOKE (2000).

Segundo Inskip (1991, p. 461) o desenvolvimento sustentável do turismo pode ser percebido como “[...]uma forma de conhecer e satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras [...]”. A Figura 6 demonstra a trajetória do conceito de turismo sustentável nos respectivos períodos.

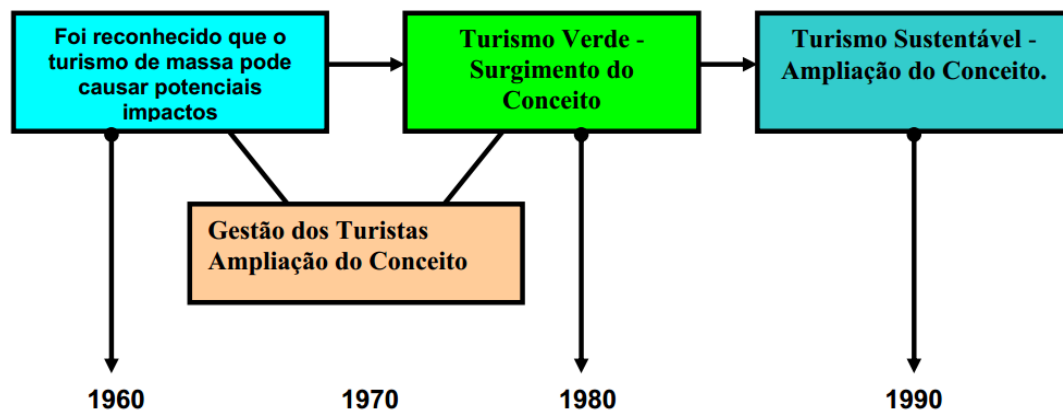


Figura 6 - Turismo Sustentável e seu desenvolvimento nos respectivos períodos. Fonte: adaptado de HANH (2007).

Para Swarbrooke (2000), existem dois pontos que ligam o turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável, primeiro o turismo sustentável é uma poderosa ferramenta para a realização do desenvolvimento sustentável porque principalmente ajuda a dar nova vida às economias e às comunidades locais e o segundo o desenvolvimento sustentável é um pré-requisito para o turismo sustentável para que não haja a redução drástica da qualidade do produto turístico.

Já Rodrigues *apud* Hanh (2007) salienta que o turismo deve ser visto não só como consumo da natureza ou de seus recursos naturais ou históricos, mas sobretudo por sua estrutura produtiva de uma forma ampla. E ter em mente que a paisagem é pra se ver e não para se ter.

O turismo sustentável advém principalmente das preocupações dos gestores do turismo, que muito dependem da preservação da natureza. Esse conflito que perdura até os dias de hoje, coloca frente a frente a promoção e a preservação nas questões relacionadas ao planejamento turístico (PETROCCHI,1998).

Segundo este mesmo autor a única maneira de se garantir a sobrevivência do turismo como atividade econômica é se pensar na preservação do meio ambiente através de planejamentos que tenham visões a longo prazo. De acordo com ele:

O equilíbrio entre promoção e preservação é fundamental. A agressão ao meio – em uma visão integral, física e social – pode trazer prejuízos severos para um núcleo turístico, muitas vezes irreversíveis. Por isso as diretrizes do turismo sustentável são imprescindíveis na gestão do turismo (PETROCCHI,1998 p.76).

Ruschmann (2002) também compartilha destas mesmas ideias, segundo ele:

As linhas que delineiam o turismo para o novo milênio apontam para uma visão administrativa moderna – de longo prazo e com uma postura responsável diante da integridade do meio ambiente como um todo, que encontra o desenvolvimento sustentado do turismo o caminho da consolidação da atividade – e a lucratividade adequada dos investimentos realizados no setor (RUSCHMANN, 2002 p.112).

Portanto, a interrelação entre o desenvolvimento turístico e a sustentabilidade ambiental deve contemplar três eixos básicos de ação apontados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, a saber: a) promoção de equidade por processos distributivos; b) consolidação e construção

dos direitos; c) garantia de reprodução das bases ecológicas do desenvolvimento social. (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

A OMT (2005), corrobora com esta premissa quando destaca que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos. Segundo esta organização os princípios de sustentabilidade devem se referir aos aspectos ambiental, econômico e sociocultural do desenvolvimento turístico, além de estabelecer um equilíbrio entre essas três dimensões para garantir a sustentabilidade no longo prazo.

O desenvolvimento sustentável representa um novo direcionamento da atividade turística e, conseqüentemente, um grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente e pelo turismo nos países com recursos naturais consideráveis (RUSCHMANN, 2002).

### 1.2.3 Educação Ambiental para o Turismo Sustentável

O uso sustentável dos recursos naturais depende exclusivamente da conscientização e da sensibilização dos produtores e governantes e exige condições básicas relacionadas com a qualidade de vida da comunidade, pois só assim os recursos serão utilizados em longo prazo e não esgotados rapidamente (KRUCKEN, 2009).

Nesse atual modelo de desenvolvimento insustentável, existe a necessidade urgente de mudanças para garantir às gerações futuras melhor qualidade de vida ou ao menos as que temos hoje. Esta mudança esta baseada principalmente com a aquisição dos preceitos do desenvolvimento sustentável, que é o desafio da educação ambiental. Pois o processo educativo, tanto formal quanto informal, torna-se estratégico para o estabelecimento da sustentabilidade (DIAS, 2008).

O documento final da Conferência de Belgrado, que se refere ao desenvolvimento da educação ambiental, corrobora com estas premissas quando salienta que a educação ambiental é um dos elementos mais críticos para que se possa combater rapidamente a crise ambiental no mundo, e afirma que:

É dentro deste contexto que devem ser lançadas as fundações para um programa mundial de Educação Ambiental que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando à melhoria da qualidade ambiental, e efetivamente à elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (CARTA DE BELGRADO, 1975 p. 1).

No Brasil a ideia de educação ambiental ganhou força a partir dos anos 80, com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e desenvolvimento (RIO/92), corroborando com as premissas da primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (TIBILISI, 1977) e através da Agenda 21 Seção IV, Cap. 4, definiu as áreas de programas para a Educação Ambiental, reorientando a educação para o desenvolvimento sustentável (DIAS, 2004).

Na conferência realizada em Tibilisi, capital da Georgia (ex URSS), a Educação Ambiental foi relatada como um processo educativo que deve ser orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e, de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Sua finalidade é promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social e ecológica (DIAS, 2004).

Durante a Rio 92, ocorreu o Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais - ONGs e Movimentos Sociais “Compromisso com o futuro”. Neste encontro deu-se o principal debate sobre educação ambiental, onde foi definido o *“Tratado de educação para sociedades sustentáveis”*, este continha os pressupostos fundamentais para a realização de uma educação com base nas preocupações ambientais. Neste Tratado foram deliberados os *“Princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global”*, (QUADRO 3) em que estes reafirmam os compromissos da educação ambiental firmados nos principais encontros mundiais sobre o tema (DIAS, 2008).



### Quadro 3 - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis

1. A educação é direito de todos e o processo educativo deve encorajar o pensamento independente e inovador;
2. A educação não é neutra e deve fomentar valores fundamentais e éticos;
3. A educação deve voltar-se para mudanças planetárias e suas abordagens devem estimular o desenvolvimento de conhecimentos ecologicamente sustentáveis;
4. As questões globais devem sofrer uma abordagem integrada;
5. Todos os setores da população devem ser incluídos em parcerias igualitárias;
6. A educação deve respeitar e refletir a cultura local;
7. É necessário potencializar o poder das populações e promover as aberturas de mudanças democráticas, considerando a educação ambiental como processo permanente;
8. Deve ser buscada constantemente a cooperação entre os povos;
9. A educação ocorre na ação cooperativa entre indivíduos e instituições, sem preconceitos étnicos, sexuais, físicos e mentais;
10. A educação é um processo coletivo e social que implica colaboração em vez de competição;
11. Deve-se promover, nos meios de comunicação de massa, uma real democratização e sua adesão aos interesses coletivos da sociedade;
12. Por fim, desenvolver uma ética de respeito às outras espécies da natureza.

Fonte: Cascino, 2002 *apud* Dias, 2008 p. 176.

As atividades de educação ambiental no âmbito turístico não devem ser ações pontuais, preocupadas apenas com os aspectos ecológicos, mas também com o fortalecimento de um processo de reflexão que salientam também os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, éticos, além de científicos e tecnológicos (PELICIONE e TOLEDO *apud* PHILLIP Jr., 2010) (Figura 7).

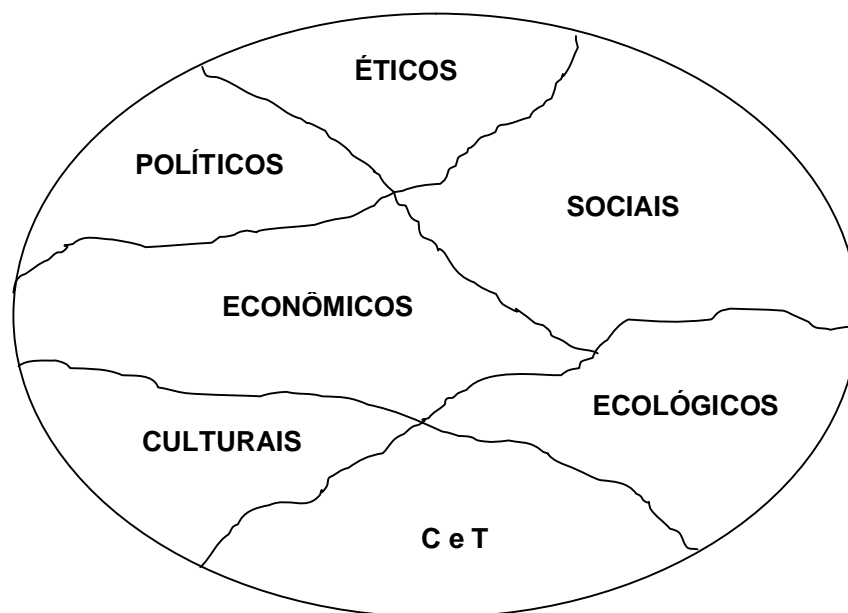


Figura 7 - Aspectos a serem enfocados no processo de Educação Ambiental. Fonte: Adaptado de DIAS (2004 p. 109).

Segundo Pelicione e Toledo *apud* Philippi Jr. (2010), a formação de uma consciência ambientalista não se dá apenas por meio da interpretação da natureza ou da promoção do bem-estar das populações envolvidas, mas principalmente, pela educação ambiental.

Guimarães (2003), afirma que percebe-se que o papel principal da educação ambiental é contribuir para que as pessoas adotem nova postura com relação ao seu lugar.

Esta atividade tem aspecto prático e importante, pois pode ser incentivadora da adoção de boas práticas ambientais. A educação ambiental é a base para que ocorra a conservação da biodiversidade, por isso é de fundamental importância a inclusão da população local nos programas educativos. Estes por sua vez devem ser desenvolvidos em todos os níveis, na comunidade local, envolvendo os estudantes de escolas próximas, a população do local, comerciantes, autoridades e pessoas de modo geral que habitem em núcleos urbanos próximos às áreas de realização da atividade turística (DIAS, 2008).

Por fim para que se efetive na atividade turística a cidadania, este deve incorporar cada vez mais em sua prática os preceitos da educação ambiental, pois só por meio deles os diversos atores como a comunidade, autoridades, turistas, ONGs e instituições acadêmicas tenham informações e subsídios para o desenvolvimento de uma prática turística sustentável (DIAS, 2008).

#### 1.2.4 Relação Turismo e Saúde

Segundo Villela e Natal *apud* Philippi Jr. (2010), antes as populações se distribuíam bem mais nos campos do que nas cidades. Após uma transição demográfica, as pessoas hoje centralizam-se em cidades. O novo meio antrópico, do campo, hoje altamente mecanizados, ou da cidade, afastou o homem rapidamente da natureza. Este habitante da cidade, hoje sente falta do verde e das matas e do canto dos pássaros, aprisionado em suas gaiolas verticais. O retorno à natureza hoje é uma necessidade e sempre que possível, férias, feriados e finais de semana, as pessoas saem em busca de um ambiente mais natural.

Para este mesmo autor as pessoas que se deslocam com facilidade deixam seus territórios com um rol de agravos conhecidos e passam, em poucas horas, a pertencer a territórios com outras realidades, se expondo a novos riscos e possibilidades de aquisição de doenças que para elas podem ser desconhecidas.

Um exemplo que evidencia a relação intrínseca do turismo com a saúde foi à diminuição do fluxo turístico mundial entre 2001 e 2003, em decorrência da Síndrome Respiratória Aguda Grave, que se espalhou por alguns países da Ásia. Segundo (MATOS e BARCELOS, 2010) outras emergências de saúde pública também impactaram o turismo, como a *Influenza Aviária* em 2005 e a *Influenza Suína* em 2009.

Esta relação é bastante assumida pelas entidades governamentais, tanto que no Brasil foi formulada e adaptada, de acordo com as categorias propostas no Guia de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde (2009) e no Guia de Saúde do Viajante da Petrobras (2004) a Classificação de Riscos em Viagens.

As questões sobre saúde em viagens vêm sendo cada dia mais abordadas pelos setores de governo, empresas aéreas e marítimas e agências de viagem. No

entanto, a maioria dessas ações e informações se encontra ainda restrita a recomendações de vacinação antes da viagem e as descrições sobre riscos veiculadas em páginas da Internet como as da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (MATOS e BARCELOS, 2010).

Para Villela e Natal *apud* Philippi Jr. (2010), os gestores do turismo de uma localidade deve ter noção das epidemiologias mais comuns no espaço da atividade turística. Levando em consideração os riscos, bem como suas estratégias de monitoramento, e devem-se adotar ações profiláticas ou preventivas para preservar a saúde de seu público.

A saúde tem um importante papel nas relações entre turismo e setores do governo, muito embora esta relação seja reconhecida ela ainda não acontece como deveria, colocando em risco a saúde coletiva das pessoas frequentadoras de atividades turísticas (MATOS e BARCELOS, 2010).

### 1.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A palavra indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Segundo Bellen (2006), os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, ou também como um recurso que deixa mais perceptível a uma tendência ou fenômeno que seja imediatamente detectável.

A função de um indicador segundo Philippi Jr. et al. *apud* Philippi Jr. (2005), é fornecer pistas de um problema de grande importância ou tornar perceptível uma tendência que não esta imediatamente visível, favorecendo um maior dinamismo no processo de gestão.

No processo de construção de indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Quiroga-Martinez (2003), identificou três gerações:

- a) Primeira geração:** nesta fase, os indicadores eram os ambientais clássicos que não incorporavam inter-relações entre os componentes

de um sistema, como por exemplo: emissões de CO<sub>2</sub>, desmatamento, erosão, qualidade das águas, entre outros;

**b) Segunda geração:** os indicadores são compostos por quatro dimensões: econômica, social, institucional e ambiental, mas não estabelecem vinculações entre os temas. O maior exemplo desse tipo de iniciativa seria o *Livro Azul*<sup>5</sup> da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD);

**c) Terceira geração:** são os indicadores que se tem buscado desde 1996. Correspondem aos indicadores vinculantes, sinérgicos e transversais, que incorporam simultaneamente vários atributos ou dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Os indicadores de desenvolvimento sustentáveis são instrumentos relevantes para elaboração de políticas públicas sustentáveis. No Brasil o IBGE, publicou em 2002 e atualizou em 2004 os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS), categorizados em indicadores econômicos, sociais, ambientais e institucionais (TRENTIN, 2001). Estes indicadores propostos pelo IBGE atendem as disposições da Agenda 21 (QUADRO 4).

---

<sup>5</sup> Em 1996, a CSD publicou o documento "Indicadores de desarrollo sostenible: marco y metodologias" (1996), também conhecido como o "Livro Azul". Este documento apresentou um conjunto de 134 indicadores, posteriormente reduzidos a uma lista de 57 indicadores apresentada no ano de 2000, acompanhada por fichas metodológicas e diretrizes para sua utilização.

Quadro 4 - Marco ordenador adotado na publicação de IDS BRASIL (2004).

DIMENSÃO	TEMA
SOCIAL	População; Trabalho; Trabalho e Rendimento; Saúde; Educação; Habitação; Segurança;
AMBIENTAL	Atmosfera; Terra; Agua Doce; Oceanos, Mares e Áreas costeiras; Biodiversidade; Saneamento;
ECONÔMICA	Quadro Econômico; Padrões de Produção e Consumo;
INSTITUCIONAL	Quadro Institucional; Capacidade Institucional.

Fonte: IBGE - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004.

Gallopín (1997), afirma que os indicadores são componentes essenciais na avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Segundo este mesmo autor os indicadores são recursos importantes que fornecem informação e apoio na tomada de decisões, estes devem ser vistos como variáveis, quando num nível mais concreto.

Uma variável representa uma imagem ou abstração de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema. Quanto mais próxima esta variável estiver do atributo maior será a sua relevância para a tomada de decisões (BELLEN, 2006).

O IBGE também corrobora com a definição de Gallopin. Para este órgão os indicadores são as “[...] ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem [...]” IBGE (2010, p.03).

Tunstall *apud* Bellen (2006) observa os indicadores a partir de suas funções, estas se encontram descritas no Quadro 5.

Quadro 5 - Principais funções dos indicadores segundo TUNSTALL

<b>AS PRINCIPAIS FUNÇÕES DOS INDICADORES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação de condições e tendências;</li><li>• Comparação entre lugares e situações;</li><li>• Avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos;</li><li>• Prover informações de advertências;</li><li>• Antecipar futuras condições e tendências.</li></ul>

Fonte: BELLEN (2006).

Os indicadores são considerados um modelo da realidade, mas não podem ser considerados como a própria realidade. Devem ser considerados como pedaços de informações que apontam para características do sistema, demonstrando o que esta acontecendo e servindo como ferramentas de mudanças e de aprendizado (BELLEN, 2006).

Os IDS se diferenciam dos outros por exigirem uma visão de mundo mais integrada, inter-relacionando a economia, o meio ambiente e a sociedade de uma região. Um bom indicador alerta sobre os problemas antes mesmo que eles se tornem graves, recomendando o que necessita ser feito para resolvê-los e estabelecendo soluções que auxiliem para um futuro melhor (SATO, 2003).

A necessidade de se desenvolver indicadores de desenvolvimento sustentável estão expressas na Agenda 21 em seus capítulos 8 e 40. A Agenda 21 é um plano de ação elaborado Durante a Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizadas no Rio de Janeiro. Para colocar a sustentabilidade em prática e adotar os princípios da Agenda

21 criou-se a CSD, esta tem como objetivo monitorar os progressos que foram feitos no caminho do desenvolvimento sustentável (BELLEN, 2006).

A utilização dos indicadores de sustentabilidade – IS, na atividade turística se torna essencial para análise adequada da sustentabilidade do desenvolvimento turístico, por meio da identificação e das escolhas dos mesmos. A partir desses indicadores, é possível gerar um conjunto de informações sobre a situação real do desenvolvimento turístico, no que se refere aos aspectos sustentáveis e insustentáveis, o mesmo irá subsidiar o processo de tomada de decisão dos diversos atores envolvidos no seu planejamento, para que a definição das ações futuras a serem adotadas seja embasada por práticas sustentáveis (OLIVEIRA et al, 2011).

Os indicadores constituem-se como valiosos e úteis instrumentos para subsidiar o processo de tomada de decisão em gestão, desenvolvimento e monitoramento de projetos e políticas de desenvolvimento sustentável.

### 1.3.1 Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo

No desenvolvimento turístico os indicadores de sustentabilidade constituem instrumentos práticos que ajudam no planejamento, implantação e controle da atividade turística, pois proporciona informação adequada e confiável das condições ambientais, econômicas e sociais da mesma (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003).

Os indicadores podem ter uma influência determinante no processo de desenvolvimento sustentável do turismo de três formas principais: por meio da informação que geram; a mobilização que criam (associações e envolvimento setorial); e as ações que promovem. Os indicadores marcam sua influência inclusive antes de estarem plenamente desenvolvidos, já que na fase de sua elaboração se exploram novos conceitos e se produzem novos conhecimentos sobre o desenvolvimento do turismo sustentável (OMT, 2005).

O mais popular dos sistemas de indicadores ambientais é o de Pressão-Estado-Resposta (PER). O modelo foi desenvolvido e recomendado originalmente



pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), (OCDE, 1993).

De modo geral, o modelo de PER busca descrever a dinâmica de um problema ambiental, alertar para este problema e gerar definições políticas para resolvê-lo (TAYRA e RIBEIRO, 2006).

Os principais tipos de indicadores baseados no modelo PER que têm sido utilizados na prática atualmente são (HANAI e ESPÍNDOLA, 2011):

- *Indicadores preventivos*: auxiliam a identificar e prevenir problemas;
- *Indicadores de capacidade de carga ou de medição do estresse*: medem fatores externos ambientais e tendências;
- *Indicadores de medição do estado dos recursos naturais e volume de demanda dos recursos*: auxiliam gestores a identificar quais as mudanças ocorridas nos recursos naturais e suas relações;
- *Indicadores de impactos e efeitos do turismo*: podem ser integrados a planos de negócios ou serem utilizados para definir ações;
- *Indicadores de medição de esforços e ações de gestão*: fornecem informações úteis para gestão e obtenção de resultados;
- *Indicadores de medição das consequências do manejo*: identificam o efeito das ações tomadas para o desenvolvimento sustentável do turismo na comunidade.

Os indicadores de sustentabilidade precisam ser incluídos no monitoramento e gestão de todas as formas de desenvolvimento turístico, E devem envolver aspectos ambientais, tecnológicos, sociais, econômicos e políticos, além de serem planejados e implementados em todos os níveis: local, regional, nacional e internacional (HANAI e ESPÍNDOLA, 2011).

Para que se atinja a sustentabilidade na atividade turística, é extremamente necessária a participação do Estado, das empresas, e da comunidade local no planejamento da atividade. Os indicadores de desenvolvimento sustentável aplicados à atividade turística se constituem de instrumentos para melhor gestão e controle desta atividade.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA**

No início da pesquisa foram realizadas visitas ao município de Buriti Alegre, com o objetivo de identificar os responsáveis do turismo, além de buscar informações relevantes para a pesquisa.

Buscou-se também informações mais abrangentes sobre o tema escolhido, ou seja, a sustentabilidade, para se ter um conhecimento mais abrangente e direcioná-lo para a sustentabilidade ambiental que é o foco principal desta pesquisa.

O turismo é aqui abordado de forma que se possa ter uma visão geral do mesmo e correlacioná-los com os objetivos propostos que é a avaliação da sustentabilidade ambiental do turismo no município de Buriti Alegre.

- Perfil do município

O município de Buriti Alegre está localizado na mesorregião do Sul goiano e microrregião do rio Meia Ponte, Vertente Goiana do Paranaíba – 360º, sul do Estado de Goiás, Brasil, às margens da rodovia estadual GO-210, distante 192 quilômetros da capital Goiânia. Ocupa uma área de 895,456km<sup>2</sup> e abriga uma população de aproximadamente 9.054 habitantes (IBGE, 2010).

Faz limites com os seguintes municípios: ao norte, Morrinhos; ao sul, Itumbiara e Tupaciguara, (Minas Gerais); a leste, com Água Limpa; e, a oeste, com Goiatuba. Possui apenas um povoado, chamado Corumbazul, localizado às margens do Lago das Brisas, com uma população flutuante devido ao turismo que o mesmo proporciona. Possui uma altura de 620 metros, e localidade geográfica 49°02'38" de longitude e 18°08'38" de latitude, numa densidade demográfica de 10,11 de habitantes/Km<sup>2</sup> (BURITI ALEGRE, 2012).

O acesso principal é feito pela BR 153 e pelas GO 419 e 210. As figuras 08 e 09 mostram a localização geográfica do município.

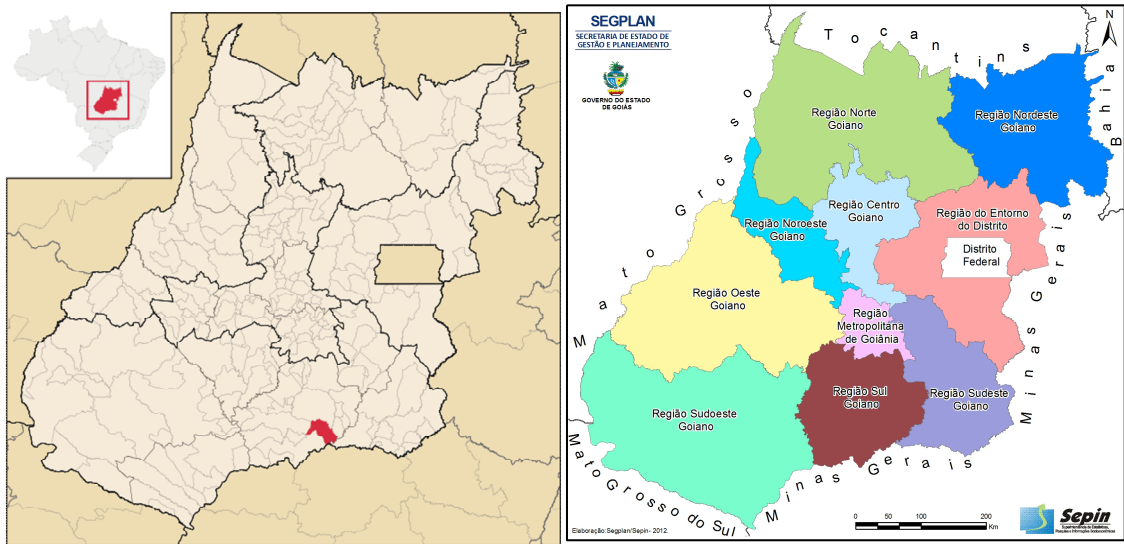


Figura 8 - Localização geográfica do município de Buriti Alegre. Fonte: SEPLAN (2005).



Figura 9 - Imagem do município de Buriti Alegre. Fonte: Google 2012.

- Instrumentos, População e Amostra da Pesquisa

Foram aplicados 3 questionários estruturados, sendo 52 moradores, 30 turistas e 6 proprietários de atrativos turísticos, totalizando 88 pessoas entrevistadas, com objetivo de averiguar a satisfação da comunidade local e dos turistas em

relação ao turismo no município, além de busca de informação com os proprietários dos atrativos turísticos presentes na região.

Estes questionários eram compostos por questões que procuraram abordar tópicos importantes sobre o turismo e sua capacidade de desenvolvimento econômico, benefícios e prejuízos acarretados pela prática turística, preservação do patrimônio natural, comprometimento das autoridades locais, saneamento básico, coleta e reciclagem de lixo e atrações turísticas. Constam também perguntas como escolaridade, renda familiar, idade, sexo e tempo de moradia para os moradores.

A aplicação do questionário se deu por conveniência, ou seja, para os moradores em dias úteis e para os turistas e proprietários de atrativos nos feriados prolongados e finais de semana. O número baixo de turistas entrevistados é justificado pelo ano de 2012 ter sido considerado por pesquisadores como um ano atípico, onde a quantidade de precipitação para a região centro-oeste ficou abaixo do normal, fazendo com que o volume de água do Lago das Brisas diminuísse e conseqüentemente o número de turistas também, haja vista que a principal atratividade turística do município é o Lago existente no município.

Após os dados gerados pelos questionários serem tabulados e organizados em uma planilha, os mesmos foram analisados estatisticamente. Para as análises, foi utilizado estatística descritiva e para avaliar a diferença entre as respostas dadas e as esperadas, foi usado o teste do Qui-quadrado. Para todas as análises foi adotado um nível de significância de 5%. Todas as análises foram feitas no programa Bioestat 5.0 (AYRES & AYRES, 2007).

## 2.2 COLETA DE DADOS

Esta fase da pesquisa apresentou as seguintes etapas de desenvolvimento:

### *I. Pesquisa Bibliográfica:*

- a. Busca de conhecimentos através de pesquisas em livros, artigos, trabalhos acadêmicos, documentos e textos disponibilizados por meio eletrônico com objetivo do levantamento das informações referentes à ocupação histórica e atual dos espaços rurais da região.

- b. Informações sobre o turismo no município por meio de responsáveis técnicos da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre.

*II. Seleção dos indicadores de sustentabilidade:*

- a. Pesquisa bibliográfica dos variados tipos existentes de indicadores de desenvolvimento sustentável (LOUETTE, 2009). Tais indicadores deveriam permitir a obtenção de informações que ajudassem na compreensão dos temas relevantes para o desenvolvimento sustentável da região, sugerindo as necessidades e prioridades para a formulação e avaliação de ações de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade.
- b. Seleção dos Indicadores-Chave de Sustentabilidade do Turismo da OMT (1996), para avaliar a sustentabilidade do turismo no município de Buriti Alegre. Estes indicadores fornecem informações relevantes sobre a realidade local para a avaliação da sustentabilidade turística do município. (QUADRO 6).

Quadro 6 - Indicadores-Chaves de sustentabilidade do turismo

INDICADOR	MEDIDAS ESPECÍFICAS
1. <b>Proteção do lugar</b>	Categoria de proteção do lugar segundo o índice da IUCN
2. <b>Pressão</b>	Número de turistas que visitam o lugar (por ano/mês de afluência máxima)
3. <b>Intensidade do uso</b>	Intensidade do uso na alta temporada (numero de pessoas por hectare)
4. <b>Impacto social</b>	Relação entre turistas e residentes (na alta temporada e através do tempo)
5. <b>Controle de desenvolvimento</b>	Existência de procedimentos de revisão ambiental ou controles formais do desenvolvimento do lugar e densidade do uso.
6. <b>Gestão de resíduos</b>	Porcentagem de águas residuais do lugar que recebe tratamento (entre outros indicadores adicionais podem-se incluir os limites estruturais da capacidade de infraestrutura do lugar, como o abastecimento de água)
7. <b>Processo de planificação</b>	Existência de plano metódico organizado para a região de destino turístico (com inclusão dos componentes turísticos)
8. <b>Ecosistemas críticos</b>	Número de espécies raras/em perigo
9. <b>Satisfação do turista</b>	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em entrevistas)
10. <b>Satisfação da população local</b>	Nível de satisfação da população local (baseado em entrevistas)

Fonte: OMT (1996) *apud* DIAS (2008) p74.

*III. Caracterização física da área de estudo através de atividades de campo programadas:*

- a. Realização de visitas programadas ao município com objetivo de diagnosticar características físicas da região e dados junto a secretarias, prefeitura, empresas que realizam atividade turística no município, ONGs, comunidade e outros órgãos que se acharam pertinentes.

*IV. Coleta de dados in situ:*

- a. Levantamento de informações sobre aspectos da paisagem natural.
- b. Levantamento sobre informações de elementos abióticos como clima, solo, hidrologia, geologia entre outros do município.
- c. Verificação dos dados socioeconômicos do município junto à prefeitura e secretaria da fazenda por meio eletrônico.
- d. Constatação das políticas públicas do município que visam o turismo sustentável junto à prefeitura e secretarias.

*V. Aplicação de questionários estruturados para um público específico:*

**2.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS:**

- a. Distribuição dos dados em tabelas e gráficos;
- b. Realização dos testes estatísticos e observações com relação aos indicadores-chave da OMT. Este último encontra-se distribuído em medidas específicas ou parâmetros para obtenção dos dados dos indicadores, método de verificação destes parâmetros, resultados obtidos em campo para cada indicador e uma mensuração de sustentabilidade para cada indicador. À mensuração, baseada nos indicadores para os polos de ecoturismo (MAGALHÃES, 2001 *apud* TRENTIN, 2005), corresponde à atribuição de um valor de 0 a 3, onde 0 corresponde a inexistência total de dados sobre o indicador, 1 a pelo menos algum tipo de dado existente relacionado ao tema, 2 existência de mais de uma informação sobre o indicador e 3 a eficiência total do indicador para a região.
- c. Recomendações para o município voltadas à sustentabilidade.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

- Histórico do Município

O povoamento do município se inicia no começo do século XX, com a formação de um pequeno povoado em torno de uma capela erguida em 1910 em homenagem a Nossa Senhora D'abadia, nas terras doadas por Dona Ana Rita do Espírito Santo às margens do Ribeirão das Antas. A capela, segundo relatos históricos, teria sido erguida para pagar promessa das irmãs Marta Maria e Silvana, naturais de Tupaciguara no Estado de Minas Gerais (Figura 10).



Figura 10 - Fotos da capela de Nossa Senhora D'abadia em Buriti Alegre/GO. Fonte: (BURITI ALEGRE, 2012) e Helaine Pimentel.

Anualmente eram promovidas festas em louvor a Nossa Senhora D'abadia, que, com o passar do tempo motivou a construção de numerosas casas em torno da capela. Por possuir terras férteis não demorou a formar o núcleo populacional (IBGE, 2010).

A maioria dos pioneiros do município são de famílias que vieram do Triângulo Mineiro e se instalarão na região em busca de terras para a criação de gado. Com a formação do povoado muitos imigrantes foram atraídos para a região. Assim em 1914, por meio da Lei municipal nº 72 de 30 de Junho de 1914, o povoado de Buriti Alegre se tornou subordinado ao município de Santa Rita do Paranaíba, atual Itumbiara. Em 1920, recebeu a categoria de vila e apenas em 1943 se emancipou tornando-se município (BURITI ALEGRE, 2012).

A origem do nome da cidade é devido à grande quantidade de palmeiras buritis existentes na região, reunindo constantemente em suas folhas grande quantidade de pássaros demonstrando grande alegria. Por isso o nome de Buriti Alegre (IBGE, 2010).

Atualmente, o município se destaca pela criação de gado, agricultura, indústria (abate de aves) e turismo, neste a atração principal fica a cargo do Lago das Brisas, um lago artificial formado pela Barragem da Usina de Itumbiara localizado a 27 quilômetros da sede do município, com uma área de abrangência de 778 km e até 116 metros de profundidade (BURITI ALEGRE, 2012).

- Aspectos Vegetacionais

O município de Buriti Alegre situa-se dentro do domínio das Florestas Estacionais Semidecíduais com influência de Cerrado (*lato sensu*), incluindo, em alguns trechos de mata, elementos de transição entre ambas fitofisionomias.

De acordo com o relatório MRS ESTUDOS AMBIENTAIS (2004), do reservatório de Itumbiara, ou reservatório de Furnas como é comumente conhecido, o município de Buriti Alegre possui um fragmento florestal remanescente denominado de Mata do Laranjal, por possuir plantações de laranja em seu entorno. Este fragmento possui 5 ha e está localizado nas coordenadas 18°20'S; 49°00'W (Figura 11).





Figura 11 - Imagem da localização da Mata do Laranjal em Buriti Alegre/GO. Fonte: Google (2012).

Neste fragmento a estratificação vertical é bem definida, havendo poucas lianas. A mata apresenta um dossel relativamente alto com média de 7,92 m. Segundo o levantamento florístico do relatório não foram encontradas madeiras típicas de importância econômica como Jequitibá e Peroba, apenas evidências de cortes seletivos. As espécies com maior índice de valor de importância são: *Endlicheria paniculata* (Canela-do-brejo), *Ficus dendrocida* (figueira-mata-pau) e *Ficus pertusa* (Apuí).

Este fragmento, segundo o mesmo relatório, possui uma diversidade de 3,09 ind/m<sup>2</sup>, densidade de 1.727 n°ind/ha, dossel de 7,92m, sub-bosque. Além deste fragmento vegetal descrito pelo referido relatório, é possível encontrar, por meio de imagens de satélite, vários outros fragmentos na região (Figuras 12 e 13).

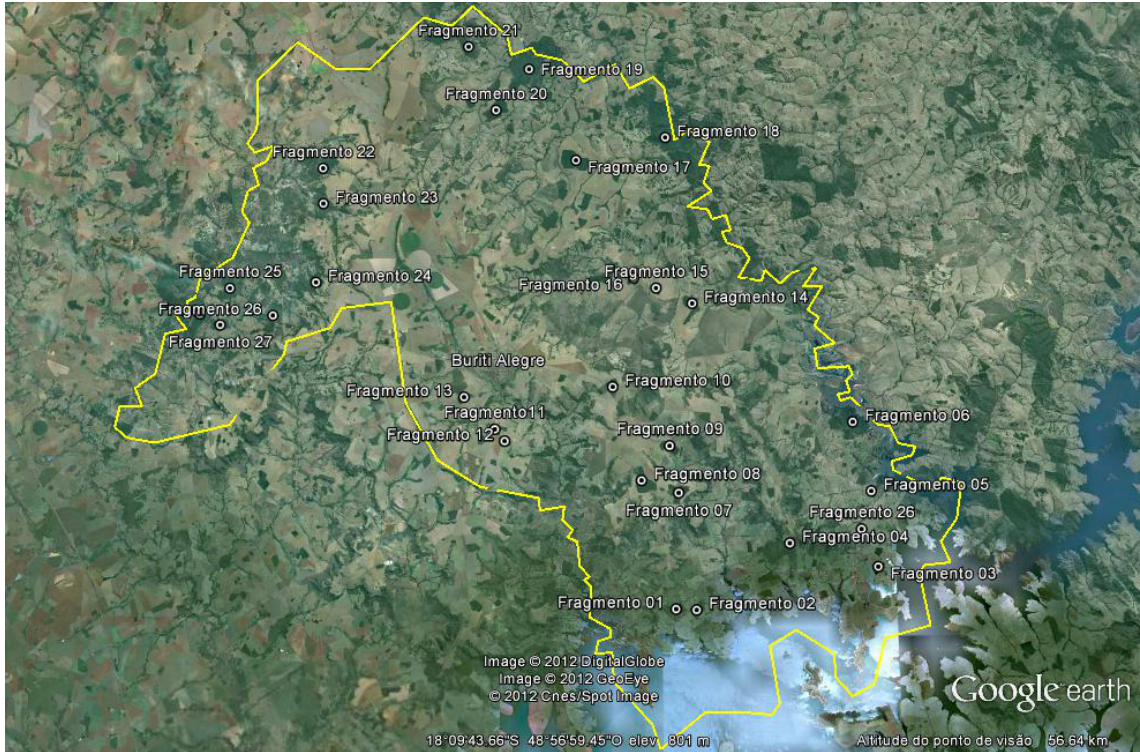


Figura 12 - Imagem de fragmentos florestais em Buriti Alegre/GO. Fonte: Google (2012).

Grande parte da área do município de Buriti Alegre encontra-se antopizada, principalmente pela exploração agrícola, pratica em propriedades rurais da região. A região apresenta grandes áreas de pastagens para rebanho bovino, processo histórico que se iniciou com a expansão da fronteira agropecuária em Goiás, o que contribuiu para a redução drástica das florestas nativas da região.



Figura 13 - Fragmento florestal remanescente em Buriti Alegre/GO. Foto: Helaine Pimentel.

- Aspectos Hidrográficos

Os dados referentes aos aspectos hidrográficos do município foram feitos com base em imagens de satélite. A região encontra-se na bacia do rio Paraná, sub-bacia do rio Paranaíba, mais precisamente no médio Paranaíba. O rio Paranaíba recebe a montante a contribuição dos rios Piracanjuba, que nasce no município de Buriti Alegre, Corumbá, Veríssimo, Araguari e Uberabinha.

O município é banhado por diversos rios, destacando-se o Paranaíba e seu afluente Corumbá, constituindo assim a cabeceira-mor do Paraná. Possui ainda o rio Piracanjuba, que deságua no Corumbá e o ribeirão das Antas. Além de outros cursos d'água menores, como: córrego Quati, ribeirão do Barreiro, e ribeirão do café, este último desaguando direto na represa de Furnas (Figura 14).





desagregados e brechas conglomeráticas. As rochas desta unidade aparecem comumente limonitizadas e em pacotes geralmente maciços, com estratificações cruzadas de pequeno a médio porte (Figura 15). (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2008).



Figura 15 - Fotos de formações geológicas presentes em Buriti Alegre/GO. Fonte: AL CONSULTORIA (2011).

- Aspectos Geomorfológicos

Os dados referente à geomorfologia da área foram elaborados com base no Ministério de Minas e Energia, escala 1:500.000, 2008. Na região do município as unidades geomorfológicas encontradas são o **Planalto Central Goiano** e os **Planaltos e Chapadas da Bacia Sedimentar do Paraná**.

- *Planalto Central Goiano*

É formado por um grande planalto subdividido em várias unidades distintas com características próprias e interligadas devido à sua formação, destacam-se: **Planalto Rebaixado de Goiânia** (com altimetrias entre 500 e 800 metros) e

**Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba** (representado pela Serra de Caldas, com cotas entre 900 e 1040 metros).

- *Planaltos e Chapadas da Bacia Sedimentar do Paraná*

Está posicionado entre cotas altimétricas que variam de 400 a 900 metros e apresenta dois compartimentos topográficos distintos: **Planalto Setentrional Alçado da Bacia do Paraná** (cotas altimétricas entre 600 e 900 metros) e o **Planalto Setentrional Rebaixado da Bacia do Paraná** (se situa entre as cotas 400 a 600 metros).

Estes compartimentos geomorfológicos se formaram em litologias pertencentes ao Domínio das Rochas Sedimentares da Bacia do Paraná, que abrangem a Formação Serra Geral. Sobre estas litologias se originaram os solos de tipo Latossolos, Nitossolos e Neossolos e formações vegetacionais de Cerrado.

- Aspectos pedológicos

Os dados referente aos solos aqui apresentados foi elaborado com base no Mapa de Solos do Ministério de Minas e Energia, escala 1:500.000, 2008.

Os diferentes tipos de solos estão diretamente relacionados ao relevo regional e ao substrato rochoso. A influência do relevo na formação do solo manifesta-se principalmente pela interação entre as formas de relevo e a dinâmica da água. Assim, em relevos de colinas e planícies, há uma tendência à infiltração de água que, ao entrar em contato com o substrato, favorecerá o desenvolvimento de solos mais profundos (Latosolos), enquanto em relevos de alta declividade, a ação do escoamento superficial sobrepõe-se à infiltração, levando à formação de solos rasos (Cambissolos e Neossolos).

O relevo desta região é considerado plano a suave ondulado, favorável ao uso de máquinas, por isso esta região tem como atividade dominante a agropecuária como plantações de milho, cana-de-açúcar, café, banana e algodão. Os solos de maior ocorrência nesta região são Latossolos, os Cambissolos e os Podzólicos.

- Aspectos climatológicos

A região tem características de clima quente, tropical úmido a semiárido, ocorrendo entre um e cinco meses de períodos secos. Segundo a classificação de Köppen, o clima na bacia se enquadra, de maneira geral, no tipo climático Aw - Tropical, com chuvas de verão e invernos secos (o mês mais seco tem menos de 60 mm), característico dos climas úmidos tropicais, com duas estações bem definidas, uma seca no inverno e outra úmida no verão.

A temperatura anual média varia de 20°C a 22°C, sendo que as diferenças entre as temperaturas médias não são significativas, no entanto ocorrem diferenças acentuadas entre as mínimas de inverno e as máximas de primavera. Tais diferenças podem variar entre 1° C e 40° C.

As características predominantes em relação ao clima desta região são precipitação média anual entre 1.200 a 1.800 mm, período chuvoso que vai de novembro a março, período seco representado pelos meses junho, julho e agosto e média de temperatura anual de 21°C, com poucas variações.

### 3.2 ECONOMIA DO MUNICÍPIO

O município se destaca na criação de gado e na agricultura, principalmente na plantação de banana prata. A atividade mais importante para a economia local foi a instalação de uma multinacional para o abate de aves, se tornando um dos mais importantes empregadores do município (BURITI ALEGRE, 2012).

Possui, segundo o ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL (2003), do PNUD, um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,776. Em comparação a Goiás que possui seu IDH de 0,758 e o Brasil com 0,750. Até a presente data os únicos dados disponíveis para consulta sobre índices de IDH-Municipal são relativos ao Atlas de Desenvolvimento Humano 2003 com base nos dados do Censo de 2000.

O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.



No período 1991-2000, o IDH-M de Buriti Alegre cresceu 12,30%, passando de 0,675 em 1991 para 0,758 em 2000 (QUADRO 07).

Quadro 7 - Evolução do IDH do Município de Buriti Alegre

<b>ITENS</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal</b>	0,675	0,758
<b>Educação</b>	0,722	0,845
<b>Longevidade</b>	0,648	0,749
<b>Renda</b>	0,655	0,680

Fonte: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL (2003).

O município possui um PIB de R\$ 99 833,207 mil e um PIB per capita de R\$ 11 765,85, de acordo com dados do IBGE (2008).

De acordo com a classificação do PNUD, Buriti Alegre está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Buriti Alegre apresenta uma situação boa: ocupa a 1639ª posição, sendo que 1638 municípios (29,7%) estão em situação melhor e 3868 municípios (70,3%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Buriti Alegre apresenta uma situação boa: ocupa a 60ª posição, sendo que 59 municípios (24,4%) estão em situação melhor e 182 municípios (75,6%) estão em situação pior ou igual (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2000).

### 3.3 TURISMO NO MUNICÍPIO

O Plano Estadual do Turismo - Goiás no caminho da inclusão foi elaborado em 2008 pela Goiás Turismo referenciado nas diretrizes do Ministério do Turismo. Este plano possibilita que o estado de Goiás planeje estrategicamente o seu desenvolvimento turístico.

Como mencionado anteriormente o Plano Estadual do Turismo dividiu o estado de Goiás em nove regiões prioritárias para o desenvolvimento do turismo e o município de Buriti Alegre encontra-se localizado, na região denominada de “*Região das Águas*”. Esta região apresenta destinos com fatores de atratividade distintos, embora possuam como mais importantes motivações de viagens o lazer e a



recreação. Por ser uma região banhada pelo lago do rio Paranaíba tem como destaque o próprio lago, nos quais se destacam atividades dos segmentos de sol e praia, náutico e pesca (Figura 16).

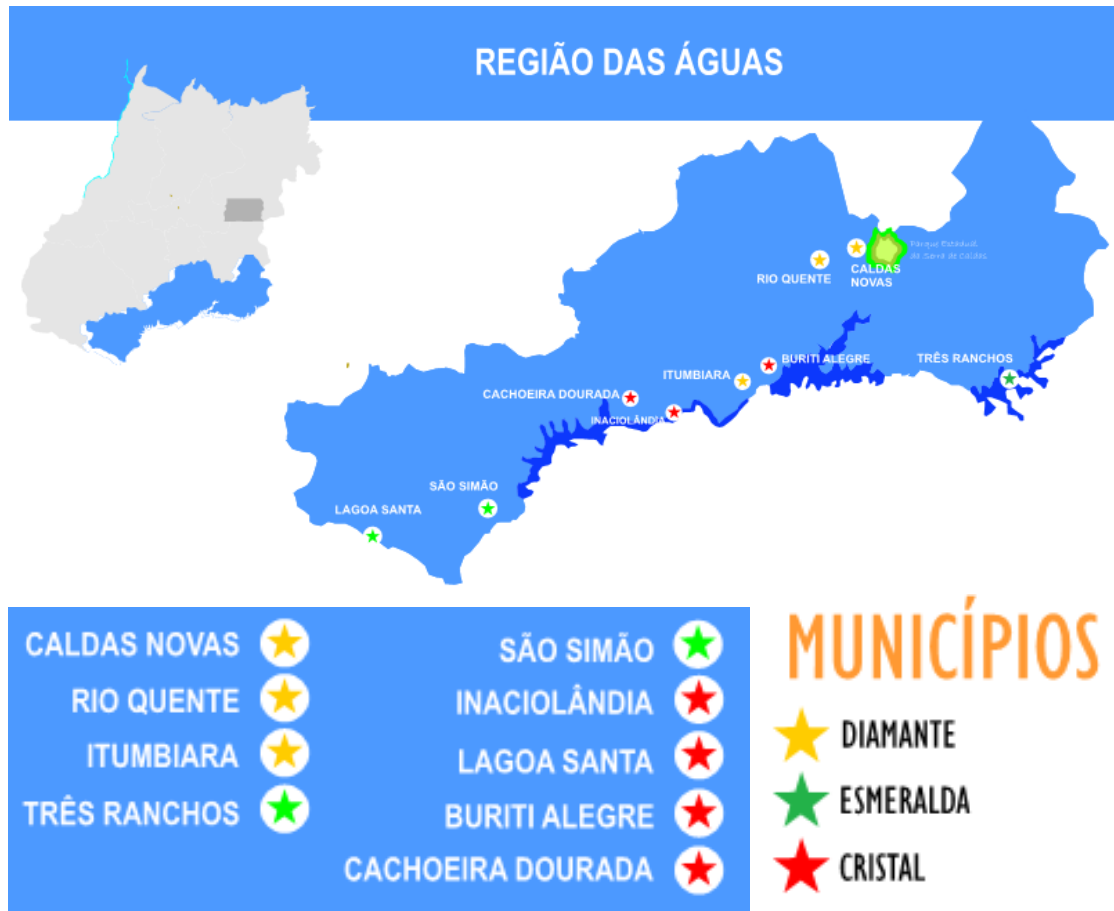


Figura 16 - Região das águas, seus municípios e suas classificações. Fonte: PLANO ESTADUAL DE TURISMO (2008).

No entanto o Plano Estadual de Turismo relata que durante a sua realização a Região das águas enfrentou um desafio decisivo em seu processo de desenvolvimento. Os nove destinos que compõem a região necessitam ser divididos em dois blocos, principalmente em função de suas características geográficas e turísticas, e passariam a se chamar Região das Águas Quentes e Região dos Lagos, e o município de Buriti Alegre se enquadraria na Região dos Lagos (PLANO ESTADUAL DO TURISMO, 2008).

De acordo com este plano e os critérios de classificação o município de Buriti Alegre é classificado como município Cristal – município que conseguiu obter no

mínimo 20 pontos e será contemplado com apoio na sensibilização, mobilização da comunidade (incentivo à criação do COMTUR) e Pesquisa de Inventário da Oferta Turítica (PLANO ESTADUAL DO TURISMO, 2008).

a. Atrativos Turísticos do Município

- Lago das Brisas

O município de Buriti Alegre tem como atração turística principal o Lago das Brisas, um lago artificial formado pela Barragem da Usina de Itumbiara composto pelo encontro dos rios Piracanjuba, Corumbá e Paranaíba no estado de Goiás e o rio Araguari em Minas Gerais. Com uma área de abrangência de 778 km e profundidade de até 116 metros, encontra-se a uma distancia de 28 km da cidade (AL CONSULTORIA, 2011) (Figura 17).

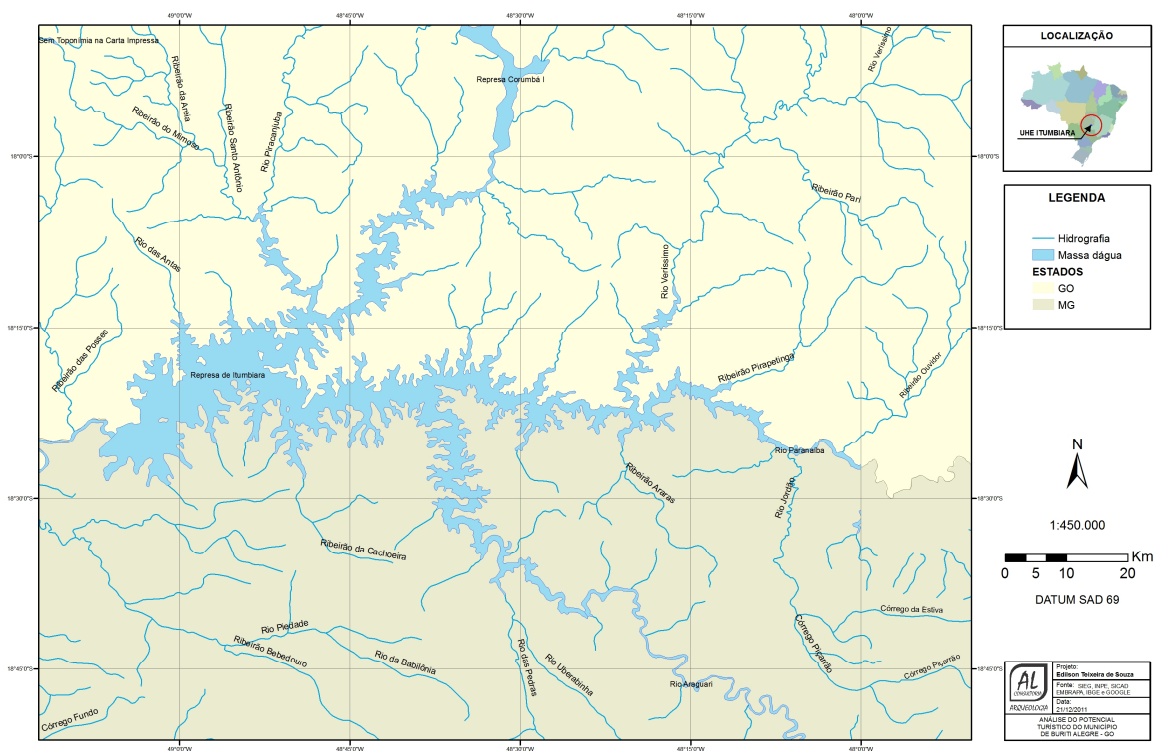


Figura 17 – Bacia hidrográfica do reservatório de Itumbiara/GO. Fonte: SIEG, INPE, SICAD, EMBRAPA, IBGE (2009) e GOOGLE (2012).

No entorno do lago encontra-se hotéis, pousadas, casas particulares em condomínios fechados, além de áreas que a população utiliza como lazer e que não estão associadas a nenhuma empresa de exploração turística. A região do entorno

do lago funciona como um povoado existindo dispostos por lá escolas e pequenos comércios.

Todavia o que se identificou por meio das visitas programadas à região é que as pousadas e as casas particulares do entorno do lago são utilizadas pelos turistas que tem maior renda, enquanto as outras regiões no entorno do lago, áreas que não dispõem de infraestrutura turística, são utilizadas por pessoas com uma renda mais baixa.

- Cachoeiras

Além do Lago das Brisas, segundo o site da prefeitura, o município conta com 14 cachoeiras, algumas grutas e saltos. Contudo este patrimônio encontra-se localizado em propriedades particulares, portanto não permitindo que a população e os turistas tenham livre acesso (BURITI ALEGRE, 2012).

Foi possível identificar, nas visitas realizadas pelo pesquisador, que a região conta ainda com uma boa quantidade de remanescentes florestais preservados ou pouco antropizados. Estes remanescentes e o patrimônio natural que o município dispõe indica que o mesmo possui grande potencial para o desenvolvimento de praticas turísticas ecológicas como o ecoturismo e o turismo de aventura.

Para o Ministério do Turismo o ecoturismo é conceituado como:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p.9).

Por isso o ecoturismo é uma atividade turística que se baseia na relação sustentável com a natureza, comprometida com a preservação e a educação ambiental. Para que este segmento consiga atingir estes objetivos é imprescindível a participação e o envolvimento da comunidade no planejamento da atividade (WORLD WIDE FUND FOR NATURE, 2003).

- Festas populares e religiosas

No município existem diversas datas em que são realizadas as manifestações populares, como exemplo temos o aniversário da Cidade comemorado no dia 24 de Julho, a festa do peão e Exposição Agropecuária realizada no mês de agosto, festa de Consagração a Nossa Senhora da Abadia, que é a padroeira da cidade realizada no dia 15 de outubro e a Consagração a Nossa Senhora Aparecida, também comemorada no mês de outubro, além da comemoração do dia do Buriti-Alegrense ausente realizado no dia 24 de dezembro (BURITI ALEGRE, 2012).

As manifestações mais tradicionais do município são as festas em louvor a São Sebastião, Nossa Senhora da Abadia, padroeira da cidade e as folias de reis comemoradas no mês de janeiro e são consideradas pelos moradores da cidade bastante animadas e geralmente atraem um público muito grande para o município (BURITI ALEGRE, 2012).

### 3.4 AVALIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E COMPROMETIMENTO POPULACIONAL

- Caracterização dos moradores

Para avaliar a importância do turismo, a satisfação da população e o envolvimento da mesma com atividades relacionadas ao turismo foram aplicados questionários estruturados fechados, (Apêndice A) para a população.

Quanto ao gênero das pessoas entrevistadas obteve-se um percentual de 50% para cada gênero. Com relação ao estado civil das mesmas quase 70% das pessoas eram solteiras. Verifica-se que mais de 75% das pessoas entrevistadas possuem idade entre 15 e 40 anos, e mais de 50% possuem ensino médio como escolaridade. Quase 50% das pessoas residem por mais de 20 anos no município e 100% das pessoas entrevistadas consideram o turismo importante para o desenvolvimento econômico da cidade (Tabela 1).

Quanto à infraestrutura do município 74% dos entrevistados disseram possuir na residência a infraestrutura básica de saneamento como: banheiro interno, reservatório de água e água encanada. No que diz respeito à coleta de resíduo realizada pela prefeitura, 88% das pessoas disseram que tem coleta domiciliar ao

menos 2 vezes por semana, e 71% disseram não realizarem, em sua residência, a separação de resíduo seco e orgânico (Tabela 1).

Por intermédio da análise dos dados em relação aos aspectos socioeconômicos foi possível observar que houve diferença estatisticamente significativa entre a maioria das variáveis pesquisadas, exceto na categoria gênero onde não foi observado, de acordo com o teste de Qui-quadrado, diferença estatisticamente significativa entre os valores encontrados.

Tabela 1 - Dados socioeconômicos dos moradores do município de Buriti Alegre, 2012.

VARIÁVEIS	n.	%	p*
<b>Gênero</b>			
Masculino	26	50,00	
Feminino	26	50,00	—
<b>Estado civil</b>			
Casado	14	26,92	
Separado	1	1,92	
Solteiro	36	69,23	< 0.0001
Viúvo	1	1,92	
<b>Faixa etária</b>			
15-20 anos	15	28,85	
21-30 anos	12	23,08	
31-40 anos	13	25,00	0.1442**
41-50 anos	7	13,46	
Acima de 50 anos	5	9,62	
<b>Escolaridade</b>			
Fundamental	7	13,46	
Médio	29	55,77	
Superior	14	26,92	< 0.0001
Pós-graduação	2	,3,85	
<b>Tempo de moradia no município</b>			
0 a 5 anos	6	11,54	
6 a 10 anos	6	11,54	
11 a 20 anos	16	30,77	0.0005
Acima de 20 anos	24	46,15	
<b>Estrutura de saneamento básico na residência</b>			
Água Encanada			
Banheiro Interno	52	25,00	
Rede de Esgoto	52	26,00	
Fossa Negra	14	7,00	< 0.0001
Reservatório de Água	38	19,00	
Nenhum	47	23,00	
	0	0,00	
<b>Coleta de resíduo domiciliar</b>			
Sim	46	88,46	< 0.0001
Não	6	11,54	
<b>Realizam coleta de resíduo</b>			
Sim	15	28,85	0.0023
Não	37	71,15	

\* Qui-quadrado \*\* Não houve diferença significativa ( $p > 0,05$ )

Quando questionados em quais setores o turismo poderia trazer benefícios para o município, 42% das pessoas entrevistadas citam o setor econômico e mais de 20% todos os itens perguntados, corroborando com o questionamento anterior. Sobretudo Macedo e Souza Jr. (2010), aponta que o turismo deve ser interpretado como justo por todas as partes envolvidas havendo viabilidade econômica de longo prazo no que se refere às organizações e destinações de turismo.

Quanto aos prejuízos que a atividade pode acarretar no município 43% citam o setor ambiental/ecológico como o que mais pode ser afetado com a atividade turística, e 98% consideram importante a preservação do patrimônio natural como matas, cachoeiras, cavernas, grutas etc (Tabela 2).

Dias (2008), cita que o turismo pode contribuir significativamente para a preservação ambiental se considerado o uso sustentável dos recursos naturais. Por exercer uma atração os locais naturais são considerados de valor inestimável para o turismo, e a necessidade de mantê-los preservados pode levar a criação de Unidades de Conservação.

Quando perguntados qual o valor mensurável de 0 a 10 os entrevistados atribuíam ao turismo na cidade, 44% citaram um valor de 6 a 8, o que foi considerado como um conceito “*bom*” (Tabela 2). Este valor prova que a população valoriza a atividade turística do município, e que além de trazer diversos benefícios aos locais onde é fomentado, o turismo sustentável pode sensibilizar os praticantes quanto às preocupações ambientais.

No entanto não foi percebida na gestão do município a preocupação com o desenvolvimento desta atividade, visto que não se encontra na gestão atual nenhum tipo de planejamento para a referida atividade, nem mesmo destinação de verbas municipais para o desenvolvimento da mesma no município. Este ponto é comprovado pelos entrevistados na comunidade, pois a maioria (79%) disseram não observaram que existia comprometimento das autoridades locais com relação ao desenvolvimento da cidade como polo turístico.

Sabe-se que os locais turísticos para se desenvolverem corretamente e de forma sustentável necessitam de planejamento, envolvimento e comprometimento

dos órgãos públicos e da comunidade local. Por meio, principalmente, de planejamento, estabelecimento de uma infraestrutura adequada e de apoio para marketing e divulgação como pontos primordiais. Levando em consideração os efeitos positivos advindos da implantação desta atividade, e resguardando os recursos naturais dos efeitos negativos desta prática. (BISSOLI, 2000)

Nas questões relacionadas como atrações que poderiam ser consideradas turísticas na cidade 36% responderam o lago como atração principal, porém 18% consideraram também as festas religiosas, 16% os rios e 9% os passeios ecológicos. Considerado os itens relacionados com recursos naturais citados acima mais de 60% dos entrevistados consideram os recursos naturais do município como atrações turísticas principais (Tabela 2).

Com relação aos aspectos ambientais questionados aos moradores foi observado que todas as variáveis possuem diferença estatisticamente significativa entre seus valores.

Tabela 2- Dados referentes aos aspectos ambientais dos moradores do município de Buriti Alegre, 2012.

VARIÁVEIS	n.	%	p*
<b>Considera o turismo importante para o desenvolvimento econômico do município?</b>	52	100,00	
Sim			< 0.0001
Não	0	0,00	
<b>Em quais setores o turismo poderia trazer benefícios para a cidade?</b>			
Econômico	29	42,00	
Cultural	9	13,00	
Social	8	12,00	< 0.0001
Ambiental/ecológico	6	9,00	
Outros	1	1,00	
Todos	15	22,00	
Nenhum	1	1,00	
<b>Em quais setores o turismo poderia trazer prejuízos para a cidade?</b>	4	6,00	
Econômico	3	5,00	
Cultural	7	11,00	
Social	26	43,00	< 0.0001
Ambiental/ecológico	1	2,00	
Outros	0	0,00	
Todos			
Nenhum	20	33,00	
<b>Considera Importante a preservação do Patrimônio Natural?</b>			
Sim	51	98,00	< 0.0001
Não	1	2,00	
<b>Que valor mensurável de 0 a 10 você atribui ao turismo no município?</b>			
Ruim (0 a 2)	7	13,00	
Regular (3 a 5)	17	33,00	0.0008
Bom (6 a 8)	23	44,00	
Ótimo (9 a 10)	5	10,00	
<b>Existe comprometimento das autoridades locais com o desenvolvimento do turismo no município?</b>			
Sim	11	21,00	< 0.0001
Não	41	79,00	
<b>Quais as atrações turísticas principais da cidade?</b>			
Festas religiosas	25	18,00	
Lago	50	36,00	
Rio	22	16,00	
Cachoeiras	7	5,00	< 0.0001
Grutas/cavernas	5	3,00	
Clubes	14	10,00	
Passeios ecológicos	12	9,00	
Outros	4	3,00	

\* Qui-quadrado



- Caracterização dos turistas

Para avaliar a satisfação do turista com relação à atividade turística no município foram aplicados questionários estruturados fechado, (Apêndice B).

É possível observar que o perfil dos turistas que visitaram a cidade de Buriti Alegre durante o período de coleta dos dados apresentou tendências diversas. Verifica-se que, quanto ao gênero dos turistas entrevistados, 47% são do gênero feminino e 53% masculino. Com relação ao estado civil a maioria dos entrevistados são casados, advém da cidade de Goiânia e possuem de 21 a 30 anos (Tabela 3).

As maiorias dos entrevistados relataram ter curso superior, gastaram no município valores acima de R\$ 150,00 e a maioria destes gastos foram realizados com diárias nas pousadas. O que demonstra que estes turistas consomem produtos do município, contribuindo com sua a economia (Tabela 3).

Com relação aos turistas quase a metade (53%) disseram já possuírem o hábito de visitarem regiões onde tenham contato com a natureza, e 46 % relatam que quando realiza este tipo de viagem a faz acompanhado de esposo (a) e 33% dos filhos (Tabela 3).

Através da análise dos dados em relação aos aspectos socioeconômicos foi possível observar que houve diferença estatisticamente significativa entre a maioria das variáveis pesquisadas, exceto na categoria gênero onde não foi observado, de acordo com o teste de Qui-quadrado, diferença significativa entre os valores encontrados.

Tabela 3 - Dados socioeconômicos dos turistas do município de Buriti Alegre, 2012.

VARIÁVEIS	n.	%	p*
<b>Gênero</b>			
Masculino	16	53,33	0.7150**
Feminino	14	46,67	
<b>Estado civil</b>			
Casado	16	53,33	0.0003
Separado	2	6,67	
Solteiro	10	33,33	
União estável	2	6,67	
<b>Faixa etária</b>			
21-30 anos	12	40,00	0.0786
31-40 anos	8	26,67	
41-50 anos	2	6,67	
Acima de 50 anos	8	26,67	
<b>Escolaridade</b>			
Fundamental	4	13,33	0.0016
Médio	8	26,67	
Superior	16	53,33	
Pós-graduação	2	6,67	
<b>Cidade de origem</b>			
Brasília	2	6,67	< 0.0001
Goiânia	22	73,33	
Goiatuba	4	13,33	
Itumbiara	2	6,67	
<b>Com que gasta no município?</b>			
Hospedagem	22	73,33	< 0.0001
Restaurante	2	6,67	
Entrada em cachoeiras	2	6,67	
Outros	4	13,33	
<b>Valor dos gastos</b>			
Menos de R\$ 50	2	6,67	< 0.0001
R\$ 100 a R\$ 150	6	20,00	
Acima de R\$ 150	22	73,33	
<b>Frequência de visitas a lugares com contato com natureza por ano</b>			
2 vezes	1	3,33	< 0.0001
3 a 4 vezes	1	3,33	
5 a 6 vezes	16	53,33	
Acima de 6 vezes	12	40,00	
<b>Acompanhantes nas viagens</b>			
Amigos	3	10,00	0.0079
Esposa (o)/filhos	10	33,33	
Casal	14	46,67	
Outros familiares	3	10,00	

\* Qui-quadrado \*\* Não houve diferença significativa (p>0,05)

Com relação à infraestrutura viária para se chegar até o atrativo turístico 40% responderam que até o município as estradas são ótimas e 40% boas, e até os atrativos 53% consideraram boas e 13% como regulares. Estes dados demonstram que o município precisa investir em infraestrutura viária para atrair mais turistas para o município, haja vista que 80% dos entrevistados obtiveram como fonte de informação, para a escolha do município como lugar turístico, recomendações de amigos e/ou familiares (Tabela 4).

Por fim quando perguntados sobre qual seria sua impressão geral do município enquanto local de lazer e turismo 60% responderam ser bom, valor este que poderia ser melhor se houvesse, por parte dos gestores, um comprometimento maior com o desenvolvimento do turismo no município (Tabela 4). De acordo com a OMT (2005), a satisfação dos turistas pode ser verificada através daqueles que retornam ao destino.

O valor atribuído pelos turistas sobre o turismo no município comprova que o município enquanto gestores necessita investir em planejamento na atividade turística. O planejamento turístico de forma sustentável promove e sustenta a relação interativa que existe entre a população, a economia, o território, o ambiente e o turismo (VIEIRA, 2007).

OMT (2003), completa quando cita que o planejamento turístico é uma atividade complexa que envolve diferentes partes, e por isso, esta sujeita a uma série de pressões e fatores que podem influenciar no processo e as pessoas nele envolvidas.

Com relação aos aspectos ambientais questionados aos moradores foi observado que todas as variáveis possuem diferença significativa entre seus valores.

Tabela 4 - Dados referentes aos aspectos ambientais dos turistas do município de Buriti Alegre, 2012.

VARIÁVEIS	n.	%	p*
<b>Avaliação da infraestrutura viária até o município</b>			
Ótima	12	40,00	0.0014
Bom	12	40,00	
Regular	4	13,33	
Ruim	0	0,00	
Péssimo	2	6,67	
Não sei	0	0,00	
<b>Avaliação da infraestrutura viária até os atrativos</b>			
Ótima	6	20,00	0.0113
Bom	16	53,33	
Regular	4	13,33	
Ruim	0	0,00	
Péssimo	2	6,67	
Não sei	2	6,67	
<b>Qual a fonte de informação buscou para escolha do local?</b>			
Agencia de viagens	2	6,67	< 0.0001
Internet	2	6,67	
Recomendações de amigos	24	80,00	
Outros	2	6,67	
<b>Qual sua impressão geral do município enquanto local turístico?</b>			
Excelente	8	26,67	0.0055
Boa	18	60,00	
Regular	4	13,33	

\* Qui-quadrado

- Caracterização dos proprietários dos atrativos

No intuito de avaliar as práticas turísticas que se realiza no município foram aplicados questionários estruturados fechado (Apêndice C), para proprietários ou gerentes de atrativos turísticos do município.

Com relação aos entrevistados as respostas coincidem, todos citam que o principal atrativo turístico é o Lago das Brisas, que a prefeitura realiza a coleta de resíduos duas vezes na semana, consideram a infraestrutura de acesso de boa a regular, e concordam quando citam que em alta temporada o fluxo turístico é considerado grande e, principalmente, que não observam o comprometimento da gestão do município com relação a atividade turística.

Todos os proprietários de atrativos visitados são pessoas que não residem e nem mesmo nasceram no município em questão, o que demonstra que a valorização do patrimônio no município fica a cargo de pessoas de outras regiões. No entanto se houvesse planejamento para a atividade no município, moradores que

possuíssem propriedades na região e que dispusessem de atrativos, poderiam se beneficiar com o desenvolvimento de alguma atividade turística.

Dos proprietários entrevistados todos concordam que o turismo na região traz benefícios financeiros para o município, como o aumento da arrecadação municipal por meio da geração de empregos e aumento de renda da população. Mas apontam que o município necessita de um planejamento e de investimento para o setor.

Comparando o município estudado com o município de Alto Paraíso, localizado no nordeste do estado de Goiás, este possui uma prática turística desenvolvida e planejada. Segundo o Plano de Desenvolvimento Turístico de Alto Paraíso (2011-2014), o turismo no município é realizado por meio de parcerias institucionais e ações práticas e efetivas. O município dispõe de um Sistema de Gestão de Políticas Públicas Municipais para o turismo como uma Secretaria Municipal do Turismo (SMT) e um Conselho Municipal do Turismo (COMTUR).

Este documento explicita as prioridades do segmento, o propósito do turismo no município, os valores que a atividade deve transmitir para os turistas e sua visão como polo turístico, este último tema está centrado nas questões de preservação dos recursos ambientais e promoção da sustentabilidade.

Já o município pesquisado não possui nenhum plano estruturado para o desenvolvimento do turismo, o único documento que se encontra nas pesquisas é o Plano Estadual do Turismo, onde especifica que o mesmo deveria implementar ações e estratégias para a atividade turística.

### 3.5 ANÁLISE DOS INDICADORES-CHAVES DA OMT SOBRE O TURISMO DO MUNICÍPIO

A avaliação da sustentabilidade do turismo do município foi realizada por meio da análise dos Indicadores-Chaves da OMT (1996).

Para se chegar à conclusão da sustentabilidade desta atividade no município foi elaborado o Quadro 08, onde foram ordenados os indicadores propostos, suas medidas específicas ou parâmetros que foram utilizadas para obtenção dos dados, o método de verificação destes parâmetros, os resultados obtidos em campo para

cada indicador e uma mensuração, proposta pelo pesquisador, de sustentabilidade para cada indicador de acordo com os dados obtidos da região.

Esta mensuração corresponde à atribuição de um valor de 0 a 3, onde 0 a inexistência total de dados sobre o indicador, 1 a pelo menos algum tipo de informação existente relacionado ao tema, 2 existência de mais de uma informações sobre o indicador e 3 a eficiência total do indicador para a região. Esta mensuração foi baseada nos indicadores para polos de ecoturismo (MAGALHÃES, 2001 *apud* TRENTIN, 2005).

Ao final das atribuições foi elaborado um índice, obtido por média dos valores encontrados, e por meio deste sugerir sobre a sustentabilidade ou insustentabilidade da atividade turística no município.

Com relação aos indicadores da OMT para turismo sustentável, estes nos revelam a realidade local. No caso dos atrativos turísticos do município não é observado por meio dos indicadores o planejamento da atividade que explicitam a capacidade de carga, os impactos ambientais e controle de desenvolvimento da atividade. Os atrativos e nem o município possui plano de gerenciamento dos resíduos e não realizam atividade de Educação Ambiental com os turistas e com as pessoas envolvidas na atividade.

O estímulo às práticas de educação ambiental para os turistas e para a comunidade local servem como ferramenta eficaz, pois faz com que os visitantes e a comunidade pensem não simplesmente no recurso natural como atrativo, mas passam a repensar sobre os seus próprios modos de vida, questionando a sua qualidade e reelaborando seus valores e conceitos (DIAS, 2008).

Obtendo a média desses valores atribuídos, a cada parâmetro dos indicadores, temos como o índice final o valor 1, o que sugere que o município não possui, de acordo com os valores estabelecidos pelo pesquisador, um índice que o possa considerá-lo como município que exerce práticas turísticas sustentáveis.

É possível observar que o município de Buriti Alegre não detém de um planejamento estratégico par a atividade turística.

Quadro 8 - Resultados dos parâmetros dos Indicadores-Chaves da OMT (1996).

INDICADOR	PARAMETROS	METODO DE VERIFICAÇÃO	RESULTADO OBTIDO	VALOR
1. <b>Proteção do lugar</b>	Categoria de proteção do lugar segundo o índice da IUCN <sup>6</sup>	Pesquisa bibliográfica	O município não possui remanescentes enquadrados pela categoria do índice da IUCN	0
2. <b>Pressão</b>	Número de turistas que visitam o lugar	Questionário com proprietário dos atrativos do município	Não existem, nos atrativos turísticos, estudos que avaliem os impactos ambientais causados pelos mesmos.	0
3. <b>Intensidade do uso</b>	Intensidade do uso na alta temporada	Questionário com proprietários dos atrativos do município	Segundo os proprietários dos atrativos turísticos os alojamentos ficam lotados em altas temporadas.	3
4. <b>Impacto social</b>	Relação entre turistas e residentes	Questionário com a população	Segundo a população local a relação com o turista é harmoniosa.	3
5. <b>Controle de desenvolvimento</b>	Existência de procedimentos de revisão ambiental ou controles formais do desenvolvimento do lugar e densidade do uso.	Consulta a gestores do município	De acordo com os gestores do município não existe procedimentos de revisão ambiental.	0
6. <b>Gestão de resíduos</b>	Porcentagem de águas residuais do lugar que recebe tratamento	Consulta a gestores do município	Tanto o município quanto as pousadas não possuem tratamento de efluentes.	0
7. <b>Processo de planificação</b>	Existência de plano metódico organizado para a região de destino turístico	Consulta a gestores do município	O município não dispõe de plano metódico para o desenvolvimento da atividade.	0
8. <b>Ecosistemas críticos</b>	Número de espécies raras/em perigo	Pesquisa bibliográfica sobre o Bioma	A prefeitura não dispõe desta informação.	-
9. <b>Satisfação do turista</b>	Nível de satisfação dos visitantes	Questionário com os turistas	60% dos turistas entrevistados consideram o turismo no município como bom.	2
10. <b>Satisfação da população local</b>	Nível de satisfação da população local	Questionário com a população	44% da população entrevistada atribuiu um valor de 6 a 8, para o turismo no município, ou seja, conceito "bom".	2

<sup>6</sup> O Sistema IUCN de Categorias de Gestão de Áreas Protegidas é um conjunto de normas desenvolvido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) com o objetivo de estabelecer um regime de definição, registro e classificação de áreas protegidas, capaz de acomodar, de forma transparente e lógica, a ampla variedade de objetivos específicos, formas organizativas e tipologias de gestão que caracterizam os regimes de conservação da natureza a nível global.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Identificou-se que os atrativos turísticos implantados no município de Buriti Alegre não desenvolvem turismo sustentável, por não possuírem planejamento específico para a atividade, não realizarem o reaproveitamento dos seus resíduos e não executarem ações de educação ambiental com seus clientes e funcionários, ou seja, as práticas de gestão empregadas nestes estabelecimentos não visam o desenvolvimento sustentável da atividade.

No âmbito do turismo a Educação Ambiental ultrapassa as barreiras da comunicação e se torna um processo contínuo de conscientização por parte dos visitantes e da própria comunidade local.

A educação ambiental é uma etapa fundamental para a implantação de uma atividade turística sustentável, deve ser encarada como princípio da ideia de sustentabilidade turística. É por meio dela que uma nova conduta poder ser obtida para se evitar acontecimentos trágicos e maléficos para o turismo.

Por meio de dados da prefeitura e da receita federal constatou-se que o município tem sua economia baseado no setor primário, o turismo seria outra opção de desenvolvimento. A atividade turística não apresenta nenhuma contribuição com a economia do município

Constatou-se também que o município possui um grande potencial turístico para o desenvolvimento de outras práticas turísticas, como as voltadas para o turismo ecológico, por possuir muitos remanescentes ambientais, além de patrimônios naturais como cachoeiras, grutas e cavernas, segundo dados do próprio município. Sobretudo para que esta atividade tenha êxito, com relação à sustentabilidade, será necessária uma gestão pública eficiente que levem em consideração os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Com relação às questões abordadas sobre o comprometimento, a conscientização e o interesse da população no turismo local observou-se que as pessoas possuem interesse sobre a atividade e acreditam que esta pode ser um fator condicionante para o desenvolvimento econômico do município, valorizam a



preservação dos seus recursos naturais e os reconhecem como um potencial turístico a ser utilizado para o desenvolvimento local.

No entanto não se observa na gestão municipal nenhum tipo de interesse para o desenvolvimento e investimento nesta atividade no município, comprovado pela inexistência de planos de desenvolvimento para o turismo local, inexistência de recursos municipais destinados a esta atividade e principalmente pela inexistência de uma secretaria específica para o planejamento da mesma no município.

É preciso que o município de empenhe mais e, sobretudo, que elabore planos de desenvolvimento para a atividade turística do município e neste planejamento é essencial que haja a participação da comunidade local. A participação da população no planejamento do turismo do município, por meio de suas ideias, considerações e sugestões são de suma importância para que as ações propostas se desenvolvam de maneira satisfatória, produtiva e sustentável.

Mas para que se obtenha este resultado será necessária à realização de sensibilização e esclarecimentos para a comunidade local sobre os projetos relacionados à ação turística, por meio de reuniões com inclusões de suas observações e sugestões. Este procedimento desperta na população o interesse e a motivação da comunidade frente à participação das ações de projetos no setor.

No que diz respeito à relação entre a atividade turística e a saúde desse público que a frequenta observa-se que ainda é bastante escassa a literatura sobre esta relação. Mas o que fica claro é que os gestores do turismo devem contar com profissionais com visão crítica de saúde pública e que os cursos de graduação em turismo devem se atentar para esta relação e oferecerem aos alunos especialização que abordem esta interface turismo-saúde.

A partir dos resultados obtidos pode-se inferir que o turismo desenvolvido no município não se configura um turístico sustentável. Observam-se problemas de ordem estrutural (divulgação, condições de acesso a alguns lugares do atrativo), de ordem social (falta de planejamento e investimento da atividade como geradora de renda) e de ordem ambiental (falta de coleta seletiva de resíduo, de monitoramento

do impacto ambiental das atividades e do cumprimento integral da legislação ambiental).

Em função desta proposta de pesquisa sugerem-se ações que podem auxiliar o município no desenvolvimento de uma prática turística sustentável:

- Elaborar plano metódico de turismo para o desenvolvimento da atividade no município de Buriti Alegre;
- Criar programas de coleta seletiva de resíduos sólidos no município e nos empreendimentos turísticos do município, além de tornar viável a destinação adequada para materiais recicláveis;
- Avaliar a capacidade de carga nos empreendimentos para o planejamento do número adequado de turistas;
- Desenvolver e implementar diretrizes de manejo para os empreendimentos, visando à conservação do patrimônio natural, como o cerrado e os recursos hídricos, principalmente no sentido de evitar a poluição dos cursos d'água;
- Promover atividades educativas para turistas, funcionários e comunidade local quanto à conservação dos recursos naturais;
- Realização de estudo sobre as tendências de desenvolvimento do ecoturismo da região, objetivando aquisição de subsídios para adequação e melhor distribuição do fluxo turístico;
- Criar o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e o Portal do Turista com estagiários das escolas públicas para incentivar a participação dos jovens na atividade turística do município de Buriti Alegre;
- Promover parcerias com Universidades para a realização de consultorias gratuitas aos empresários locais, e aos moradores do município para uma melhor capacitação dos atrativos e da captação do turismo local;
- Executar atividades relacionadas ao Turismo com alunos das escolas públicas do município, para o desenvolvimento de programas que promovam a Educação Ambiental e Educação Patrimonial para preservação dos recursos naturais.
- Retornar para o município os dados desta pesquisa para os auxiliarem na elaboração do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável.

É importante salientar que todas as recomendações aqui propostas corroboram com o Plano Estadual do Turismo para Região das Águas, onde o município está classificado (PLANO ESTADUAL DO TURISMO, 2008).

Estas sugestões objetivam auxiliar na consolidação do processo de inserção do turismo sustentável na região, favorecendo o desenvolvimento do turismo harmônico e coerente com os recursos e o potencial existente no município, na constante busca da sustentabilidade ambiental.

Uma atividade só é considerada sustentável quando os benefícios são maiores do que os custos, diferentemente do tradicional que privilegia os ganhos financeiros imediatos sacrificando o futuro e prejudicando o meio ambiente.

Nenhuma atividade pode ser realizada de forma amadora, deve-se considerar o desenvolvimento de um empreendimento apenas por meio de intensos planejamentos. O planejamento deve se portar como princípio norteador em busca do desenvolvimento sustentável, sempre levando em consideração o tripé da sustentabilidade: ambiental, econômico e social.

Por fim a atividade turística, além de constituir uma oportunidade de melhoria na economia da localidade e no desenvolvimento social e cultural, é um elemento fundamental na contribuição com a proteção ambiental de uma determinada região. Acredita-se que a conservação da natureza, associada à qualidade da atividade turística, possa beneficiar, substancialmente, a sustentabilidade e o desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO - AGETUR. *Turismo em Dados*. Goiânia, 2003.
- AL CONSULTORIA. *Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Faixa de Depleção do Reservatório UHE Itumbiara - GO/MG*. Aparecida de Goiânia, 2011.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Ranking Decrescente do IDH-M dos Municípios do Brasil*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2003.
- AYRES, M.; AYRES JÚNIOR, M.; AYRES, D.L.; SANTOS, A.A.S. *BioEstat: Aplicações estatísticas na área de ciências bio-médicas*. 4. ed. Belém, 2007
- BELLEN, H. M. V. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2 ed. 2006.
- BELTRÃO, O. *Turismo a Indústria do Século XXI*. Osasco: Novo século, 2001.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo, Senac, 2002.
- BISSOLI, M. A. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo, Futura, 2001.
- BOSSSEL, H. *Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group*. International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999.
- BURITI ALEGRE, Disponível em:  
[http://www.prefeituraburitialegre.com.br/novo\\_site/index.php?exibir=secoes&ID=7](http://www.prefeituraburitialegre.com.br/novo_site/index.php?exibir=secoes&ID=7)  
Acesso em : 22 Julho de 2012.
- CARSON, R. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- CARTA DE BELGRADO. *Uma Estrutura Global Para A Educação Ambiental* Documento extraído de Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, São Paulo, Série Documentos, ISSN 0103-264X. 1975
- CAVALCANTE, C. (Org). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CINTRA, H. de B. *Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e o Turismo Rural: Uma Proposta para Aldeia Velha, Município de Silva Jardim – RJ e Região do Entorno*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense (UFF) RJ. 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, *Carta del Turismo Sostenible*. Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha: [s.n.], 1-5,1995.

DENCKER, A. de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 7ª ed. 2003. CD-Rom

DIAS, G. F. *Educação Ambiental- princípios e práticas*. São Paulo: Gaia. 9ª Ed. 2004.

DIAS, G. F. *Educação e Gestão Ambiental*. 1ª Ed. São Paulo: Gaia, 2006.

DIAS, R. *Gestão Ambiental – responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Editora Atlas. 2ª Ed. 2011.

DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas. 2008.

DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na Empresa*. São Paulo: Atlas, 2 ed. 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR. *Ecoturismo*. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>> Acesso em: 25 Set. 2012.

GALLOPÍN, G. C. *Indicators and their use: information for decision making*. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. *Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development*. Chichester, GB: Wiley and sons, 13-27, 1997.

GIUMELLI, O. D. *Análise da Seleção de Indicadores de Turismo Responsável com Foco nos Municípios Litorâneos do Estado de Santa Catarina – Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) SC. 2008.

GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental*. Duque de Caxias: Unigranrio, (Coleção Temas em Meio Ambiente), 2003.

HAHN, M. T. *Análise da Potencialidade do Turismo no município de Mata – RS Como Instrumento de Sustentabilidade Ambiental e Econômica: um Estudo de Caso*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) RS. 2007.

HANAI, F. Y. *Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil*. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009.

HANAY, Y. F.; ESPÍNDOLA, L. G. E. *Envolvimento e Participação de Atores Sociais na Elaboração de um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: uma Experiência no Processo de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. 2011. Disponível em: <[http://hygeia.fsp.usp.br/siades/documentos/Publicacoes/artigo\\_8f.pdf](http://hygeia.fsp.usp.br/siades/documentos/Publicacoes/artigo_8f.pdf)> Acesso em: 15 nov. 2012.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSKEEP, E. *Tourism planning: an integrated and sustainable development Approach*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, *Censo Populacional 2010*. Acesso em: 22 agosto de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE cidades@*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 30 de Nov. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>>. Acesso em: 30 de Nov. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; IBGE, (Estudos e Pesquisas, Informações Geográficas Nº 4), 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008*. Acesso em: 11 de dez. 2010.

KRUCKEN, L. *Design e território: valorização de identidades e produtos locais*. São Paulo: Nobel. 2009.

LAGE, Beatriz H. Gelas; e MILONE, Paulo Cesar (org). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LOUETTE, A. *Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações: Uma contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade*. Gestão de Conhecimento. São Paulo: Editora Willis Harmam House. 1ª edição. 2009.

MACEDO, R. DE C.; SOUZA Jr., W. C. *Avaliação do potencial turístico da aldeia guarani Boa Vista do Sertão do Peomirim, Ubatuba/São Paulo*. Revista UniVap, Paraíba. v.16, n.28, 52-62, 2010.

MAGALHÃES, G. W (coord). *Polos de ecoturismo: Brasil*. São Paulo: Terragraph, 2001.

MARUJO, N. M.; CARVALHO, P. *Turismo, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável*. Rev. Turismo e Sociedade. Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, outubro de 2010.

MATOS, V.; BARCELLOS, C. *Relações entre turismo e saúde: abordagens metodológicas e propostas de ação*. Rev. Panam. Salud. Publica. v.28, n.2, 128-134 2010.

MEDINA MUÑOZ, D.R. *Indicadores del Desarrollo Sostenible del Turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico*. Congreso de Turismo, Universidad y Empresa. La calidad integral del turismo, 289-306, Valencia (España): Fundació Universitat Empresa. 2003.

MILLER Jr.; TYLER, G. *Ciência Ambiental*. Tradução da 11ª edição Norte-Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Guia de vigilância epidemiológica*. Brasília: 6ª ed. 2005. Disponível em: <[bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/Guia\\_Vig\\_Epid\\_novo2.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/Guia_Vig_Epid_novo2.pdf)> Acessado em dezembro de 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, *Geologia do estado de Goiás e Distrito Federal*. Escala 1:500.000 Goiânia: CPRM, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO, BRASIL. *Segmentação do Turismo: marcos conceituais*. Brasília, 2006.

MRS - ESTUDOS AMBIENTAIS. *Estudo Ambiental para Obtenção da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Itumbiara*. Furnas Centrais Elétricas S.A. 2004.

OLIVEIRA, V. M.; CANDIDO, G. A.; GÓMEZ, C. R. P. *Indicadores de Sustentabilidade para a atividade turística: uma proposta de critérios de análise para o seu monitoramento*. In: XIV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2011, São Paulo. Anais do XIV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. OMT. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre, Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. OMT. *Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica*. Madrid, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. OMT. *Código Mundial de Ética do Turismo*. Santiago do Chile, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. OMT. *Lo que todo gestor turístico debe saber: guía práctico para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible*. Madrid, 1996

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. OMT. *World Tourism Barometer*. Madri, v.7, n.2, junho 2009. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas\\_indicadores/downloads\\_estatisticas/Estatxstica\\_e\\_Indicadores\\_de\\_turismo\\_no\\_Mundo\\_-\\_2009\\_1\\_\\_3\\_.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatxstica_e_Indicadores_de_turismo_no_Mundo_-_2009_1__3_.pdf)> Acesso em: 04 dez. 2012.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD *Core Set of Indicators for Environmental Performance Reviews*. Paris, 1993.

PELICIONE, M. C. F.; TOLEDO, R. F. Educação para o turismo: turistas e comunidade. In: PHILIPPI Jr.; RUSCHMANN, D. V. de M (Editores). *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri/SP, Manole, Coleção Ambiental, v. 9, 2010.

PETROBRAS, BRASIL. *Guia de Saúde do Viajante*: para profissionais de saúde da Petrobras. Rio de Janeiro: Petrobras; 2004.

PETROCCHI, M. *Turismo, Planejamento e Gestão*. Editora Futura. São Paulo, 1998.

PHILIPPI Jr, A.; MALHEIROS, T. F.; AGUIAR, A. de O. Indicadores de Desenvolvimento sustentável. In: *Saneamento, Saúde e Ambiente – Fundamentos para o Desenvolvimento Sustentável*. Ed. Manole,2004.

PHILIPPI Jr, A.; RUSCHMANN, D. V. de M (Editores). *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri/SP, Manole, Coleção Ambiental, v. 9. 2010 –

PHILIPPI Jr.; MALHEIROS, F. T.; AGUIAR, A. de O. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. In: PHILIPPI Jr.; (editor) *Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Manole, coleção ambiental 2, 2005.

PIRES, P. dos S. Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. In: PHILIPPI Jr., A.; RUSCHMANN, D. V. de M (Editores). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri/SP: Manole, Coleção Ambiental, v. 9, 2010.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALTO PARAÍSO, 2011/2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/?go=1&url=6335e8fc531601680ab71b5977782f050a0404daeidPub=55>> Acesso em: 20 dez. 2012.

PLANO ESTADUAL DO TURISMO, 2008. *Goiás no Caminho da Inclusão*. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/?go=1&url=6335e8fc531601680ab71b5977782f050a0404da&idPub=6>> . Acesso em: 18 jul. 2012.

PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2007/2010. *Uma viagem de inclusão*. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/downloads\\_plano\\_nacional/PNT\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf)> Acesso em: 15 jun. 2012.



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Ed, Trinova, 1999.

QUIROGA-MARTINEZ, R. *Los Indicadores de Desarrollo Sostenible: estado del arte*. Curso-Taller Indicadores de Desarrollo Sostenible para América Latina y el Caribe. Santiago, sede de CEPAL, 2 al 6 de junio 2003.

RIBEIRO, A. *Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Belém/PA, 2002.

RIBEIRO, F. M. et. al. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo da Estrutura Brasileira*, In: VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras. Niterói, Rio de Janeiro 31 de julho a 02 de agosto de 2008.

RODRIGUES, A. M. *Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística*. In: HANAI, F. Y. *Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil*. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009.

RUSCHMANN, D. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, ed. Papirus, 8 ed. 2001.

RUSCHMANN, D. *Turismo no Brasil, Análise e Tendências*. Barueri/SP. Editora Manole. 1ª ed. 2002.

SANCHO, A (Dir). OMT. *Introdução ao Turismo*. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Cornes. São Paulo: Roca. 2001.

SATO, A. C. K. *Índices de Sustentabilidade*. 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/anacarla.htm>>. Acesso em: 30 de Nov. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. SEPLAN. *Informações e Socioeconômicas de Goiás e dos Municípios*. Goiás em Dados 2005/ Turismo. Disponível em<<http://portalsepin.seplan.go.gov.br>> Acesso em 10 Set. 2012.

SEIFFERT, M. E. B., *Gestão Ambiental – instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Editora Atlas. 2ª Ed. 2011.

SOUZA, R. S. *Entendendo a questão ambiental: temas e economia, política e gestão do meio ambiente*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul/RS, 1ª Ed. 2000.

SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável, Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética*. Editora Aleph. V.5, São Paulo/SP. 2000.

TAYRA, F.; RIBEIRO, H. *Modelos de Indicadores de Sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências*. Rev. Saúde de Sociedade. v.15, n.1, 84-95, jan-abr 2006.

TRENTIN, F. *A apropriação do espaço pelo (eco) turismo no município de Bonito (1990 a 2000)*. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro Universitário de Ibero-Americano, São Paulo, 2001.

TRENTIN, F. *Políticas públicas de turismo e meio ambiente e indicadores de desenvolvimento sustentável: um estudo sobre bonito – MS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2005.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (IUCN) *Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*. São Paulo: IUCN, PNUMA, WWF, 1992.

VIEIRA, J. *Planejamento e ordenamento territorial do turismo: uma perspectiva estratégica*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2007.

VILLELA, E. F. DE M.; NATAL, D. Turismo e riscos à saúde. In: PHILIPPI Jr.; RUSCHMANN, D. V. de M (Editores). *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri/SP, Manole, Coleção Ambiental, v. 9, 2010.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. WWF. *Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília, 2003.

ZUCARATO, A. G.; SANSOLO, D. G. *Uso de Indicadores na Pesquisa em Turismo*. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Questionário destinado aos moradores do município de Buriti Alegre

Este questionário<sup>7</sup> faz parte da metodologia de uma dissertação de mestrado da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, com tema “Análise do Potencial Turístico do Município de Buriti Alegre - GO, como Instrumento para a Sustentabilidade Ambiental Local: Um Estudo de Caso.” Conto com sua colaboração!

- Favor responder as questões com caneta de tinta preta ou azul em letra de forma, se possível.

<b>Estado civil</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Outro
<b>Sexo</b>	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
<b>Faixa etária</b>	<input type="checkbox"/> 15-20 <input type="checkbox"/> 21-30 <input type="checkbox"/> 31-40 <input type="checkbox"/> 41-50 <input type="checkbox"/> Acima de 50
<b>Escolaridade</b>	<input type="checkbox"/> Fundamental (1ª a 8ª série) <input type="checkbox"/> Médio (2º grau) <input type="checkbox"/> Superior (3º grau) <input type="checkbox"/> Pós-graduação
<b>Residência no município?</b> Meses _____ Anos _____	<b>Você considera o turismo local importante para o desenvolvimento econômico da cidade?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Em quais setores o turismo poderia trazer benefícios para a cidade?</b> <input type="checkbox"/> econômico <input type="checkbox"/> cultural <input type="checkbox"/> social <input type="checkbox"/> ambiental/ecológico <input type="checkbox"/> outro ( _____ ) <input type="checkbox"/> todos <input type="checkbox"/> nenhum	<b>Você considera importante a preservação do patrimônio natural, como: matas, cachoeiras, cavernas, grutas, etc.</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Em quais setores, você acha que o turismo poderia acarretar prejuízos/problemas para a cidade?</b> <input type="checkbox"/> econômico <input type="checkbox"/> cultural <input type="checkbox"/> social <input type="checkbox"/> ambiental/ecológico <input type="checkbox"/> outro ( _____ ) <input type="checkbox"/> todos <input type="checkbox"/> nenhum	<b>Que valor mensurável de 0 a 10 você atribui ao turismo na cidade:</b> _____
<b>Você acha que existe o comprometimento das autoridades locais, com relação ao desenvolvimento da cidade como polo turístico?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>Sua residência possui que estrutura de saneamento básico?</b> <input type="checkbox"/> água encanada <input type="checkbox"/> banheiro interno na casa <input type="checkbox"/> esgoto <input type="checkbox"/> fossa negra <input type="checkbox"/> reservatório de água <input type="checkbox"/> nenhum
<b>Na sua residência existe coleta de lixo?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>Você realiza na sua residência separação de lixo orgânico e seco?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>Dos itens abaixo qual você citaria como atrações turísticas principais da cidade? Pode ser citado mais de um item</b> <input type="checkbox"/> festas religiosas <input type="checkbox"/> lago <input type="checkbox"/> rio <input type="checkbox"/> cachoeiras <input type="checkbox"/> grutas/cavernas <input type="checkbox"/> clubes <input type="checkbox"/> passeios ecológicos <input type="checkbox"/> outros _____	<b>A cidade produz algum tipo de lembrancinha local que o turista poderia levar como recordação?</b> <input type="checkbox"/> sim Qual? _____ <input type="checkbox"/> Não
<b>O que você acredita que poderia contribuir para desenvolver o turismo em sua cidade?</b> _____	

<sup>7</sup> Questionário adaptado de:

- Hahn, M. G., *Análise da Potencialidade do Turismo no Município da Mata – RS como Instrumento de Sustentabilidade Ambiental e Econômica: Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. 2007.*

## APÊNDICE B – Questionário destinado aos turistas do município de Buriti Alegre

Este questionário<sup>8</sup> faz parte da metodologia de uma dissertação de mestrado da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, com tema “Análise do Potencial Turístico do Município de Buriti Alegre - GO, como Instrumento para a Sustentabilidade Ambiental Local: Um Estudo de Caso.” Conto com sua colaboração!

- Favor responder as questões com caneta de tinta preta ou azul em letra de forma, se possível.

<b>I. SEU PERFIL</b>	
<b>Cidade de origem/estado</b>	
<b>Estado civil</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Outro
<b>Sexo</b>	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
<b>Profissão</b>	
<b>Faixa etária:</b> <input type="checkbox"/> 15-20 <input type="checkbox"/> 21-30 <input type="checkbox"/> 31-40 <input type="checkbox"/> 41-50 <input type="checkbox"/> Acima de 50	<b>Escolaridade:</b> <input type="checkbox"/> Fundamental (1ª a 8ª série) <input type="checkbox"/> Médio (2º grau) <input type="checkbox"/> Superior (3º grau) <input type="checkbox"/> Pós-graduação
<b>Qual o valor da sua renda?</b> <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 a 3 salários <input type="checkbox"/> 4 a 6 salários <input type="checkbox"/> 7 a 10 salários <input type="checkbox"/> Mais 10 de salários	<b>Quanto gasta por dia em Buriti Alegre?(Inclua despesas com hospedagem, alimentação, passeios, artesanato, etc.)</b> <input type="checkbox"/> Nada <input type="checkbox"/> Menos de R\$50,00 <input type="checkbox"/> R\$50 a R\$100,00 <input type="checkbox"/> R\$100 a R\$150,00 <input type="checkbox"/> Acima de 150,00
<b>Com que gastou na cidade?(marque mais de uma opção, se for o caso)</b> <input type="checkbox"/> Hospedagem <input type="checkbox"/> Serviços de guias <input type="checkbox"/> Restaurantes <input type="checkbox"/> Entrada em cachoeiras <input type="checkbox"/> Artesanato <input type="checkbox"/> Outros _____	<b>Quantas vezes por ano costuma viajar para áreas onde há contato com a natureza?</b> <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> 1 vez <input type="checkbox"/> 2 vezes <input type="checkbox"/> 3 - 4 <input type="checkbox"/> 5 - 6 <input type="checkbox"/> acima de 6 vezes
<b>Quem lhe acompanha na viagem?</b> <input type="checkbox"/> esposa(o)/filhos <input type="checkbox"/> casal <input type="checkbox"/> outros familiares <input type="checkbox"/> amigos <input type="checkbox"/> grupos organizados <input type="checkbox"/> sozinho	<b>Qual o meio de transporte que utilizou para chegar a Buriti Alegre?</b> <input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Van <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Outros _____
<b>Quantas vezes esteve no município?</b> <input type="checkbox"/> Primeira vez <input type="checkbox"/> Cerca de _____ vezes	<b>Pretende retornar?</b> <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>Onde está hospedado?</b> <input type="checkbox"/> Casa de amigos/familiares <input type="checkbox"/> Pousada <input type="checkbox"/> Camping <input type="checkbox"/> Casa própria <input type="checkbox"/> Casa alugada	<b>Quantos dias pretende passar no município?</b> <input type="checkbox"/> 1 dia <input type="checkbox"/> 1 a 2 <input type="checkbox"/> 3 a 4 <input type="checkbox"/> 4 a 5 <input type="checkbox"/> 5 a 6 <input type="checkbox"/> mais de 6 dias
<b>Quais as fontes de informação que lhe ajudaram a escolher e informar-se sobre o turismo em Buriti Alegre?</b> <input type="checkbox"/> Agência de viagem <input type="checkbox"/> Guia turístico <input type="checkbox"/> Publicidade em jornais, revista/TV <input type="checkbox"/> Recomendações de amigos/familiares <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Negócios <input type="checkbox"/> outros _____	<b>Indique o principal motivo de sua viagem (marque mais de uma opção, se for o caso)</b> <input type="checkbox"/> Negócios <input type="checkbox"/> Visita a parentes e amigos <input type="checkbox"/> Lazer
<b>Que locais visitou em Buriti Alegre?</b> <input type="checkbox"/> Fazendas <input type="checkbox"/> Pousadas <input type="checkbox"/> Cachoeiras <input type="checkbox"/> Rios <input type="checkbox"/> RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Nacional) <input type="checkbox"/> Lago <input type="checkbox"/> Clubes <input type="checkbox"/> Outros	
<b>II SUAS IMPRESSÕES SOBRE BURITI ALEGRE</b> (onde 0 corresponde a não sei, 1 péssimo, 2 ruim, 3 regular, 4 bom e 5 ótimo).	

<sup>8</sup> Questionário adaptado de:

- **Avaliação da infraestrutura do município**

Itens		0	1	2	3	4	5
1	Estradas para chegar a Buriti Alegre						
2	Sinalização rodoviária para chegar ao município						

- **Avaliação dos atrativos turísticos do município**

Itens		0	1	2	3	4	5
1	Estradas ou vias para chegar aos atrativos						
2	Sinalização até os atrativos						
3	Sinalização diante dos atrativos						
5	Cachoeiras, praias fluviais, rios e Lago.						
6	Gastronomia local						
7	Paisagem natural						
8	Segurança nos atrativos						
9	Atendimento nos atrativos						

- **Avaliação da qualidade dos serviços turísticos**

Itens		0	1	2	3	4	5
1	Qualidade do atendimento nas pousadas ou no camping						
2	Qualidade das instalações das pousadas ou do camping						
3	Satisfação com o preço cobrado pelas pousadas ou pelo camping, considerando custo x benefício						
6	Satisfação com o preço cobrado nos restaurantes, bares e lanchonetes considerando custo x benefício						

- **A minha impressão geral de Buriti Alegre enquanto local de lazer e turismo é:**

Excelente     
  Boa     
  Regular     
  Ruim     
  Péssima

## APÊNDICE C – Questionário destinado aos proprietários dos atrativos turísticos município de Buriti Alegre

Este questionário<sup>9</sup> faz parte da metodologia de uma dissertação de mestrado da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, com tema “**Análise do Potencial Turístico do Município de Buriti Alegre - GO, como Instrumento para a Sustentabilidade Ambiental Local: Um Estudo de Caso.**” Conto com sua colaboração!

- Favor responder as questões com caneta de tinta preta ou azul em letra de forma, se possível.
- Registrar o nome do atrativo turístico após o término da entrevista.

1. Existe divulgação deste atrativo turístico na cidade de Buriti Alegre.  
 Sim  Pouco  Não  
Se sim, qual tipo de divulgação? \_\_\_\_\_
2. Como são as condições de acesso ao atrativo?  
 Ótimas  Boas  Ruins
3. Como é a estrutura do local para receber o turista?  
 Ótimas  Boas  Ruins
4. Quais as estruturas que o atrativo dispõe para receber os turistas?  
 Área de camping  Estacionamento Banheiros  Alojamento  Restaurantes  
 Placas de indicação  Guias  Outros: \_\_\_\_\_
5. Qual a maior atratividade turística do local?  
 Rio  Cachoeira  Fauna e Flora  Lago  
Outro: \_\_\_\_\_
6. Existe orientação sobre educação Ambiental para os turistas?  
 Sim  Não
7. Existem coletores simples de lixo no local do atrativo?  
 Sim  Não
8. Quantos dias na semana é realizada a coleta de lixo pela prefeitura no atrativo?  
 Uma vez  Duas vezes  Três vezes  Outro: \_\_\_\_\_
9. É realizada prática de coleta seletiva de lixo no local?  
 Sim  Não
10. Existe algum ganho financeiro com a coleta seletiva de lixo?  
 Sim  Não
11. Como classifica o fluxo de turistas na época de finais de semana, feriados e férias?  
 Grande  Médio  Pequeno
12. Quantas pessoas trabalham diretamente no atrativo turístico? \_\_\_\_\_
13. Deste quantitativo quantas são do município de Buriti Alegre? \_\_\_\_\_
14. Existe capacitação ou treinamento para os funcionários?  
 Sim  Não
15. Os funcionários trabalham de carteira assinada?  
 Sim  Não
16. Em média qual o preço pago por pessoa para ter acesso ao atrativo? \_\_\_\_\_
17. O proprietário do atrativo turístico nasceu no município de Buriti Alegre?  
 Sim  Não
18. O atrativo possui alguma certificação turística?  
 Sim  Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

<sup>9</sup> Questionário adaptado de:

- Caetano, V., P. de V. *Análise da Sustentabilidade Ambiental dos Atrativos Naturais em Propriedades Particulares da Cidade de Goiás*. Dissertação de Mestrado, da Universidade Católica de Goiás. 2006.

19. Em situações de acidentes ou emergência o atrativo possui atendimento para tratar ou resolvê-las?  
 Sim  Não Se sim que tipo? \_\_\_\_\_
20. Existe tratamento de efluentes líquidos no empreendimento para prevenir a contaminação das águas?  
 Sim  Não Se sim qual? \_\_\_\_\_
21. É utilizada alguma fonte de energia renovável (alternativa) em substituição a das Centrais Elétricas de Goiás (CELG)?  
 Sim  Não Se sim qual? \_\_\_\_\_
22. Na opinião do proprietário, gerente ou pessoa responsável, de que forma esta atividade turística contribui para o desenvolvimento do município de Buriti Alegre? \_\_\_\_\_

NOME DO ATRATIVO: \_\_\_\_\_

NOME DO PROPRIETÁRIO: \_\_\_\_\_